

SUMÁRIO

	NTAÇÃO	
2. CARTA-C	COMPROMISSO	09
B. EIXOS TE	MÁTICOS	06
3.1 Educação Inclusiva		
	EDUCAR EM AÇÃO	
	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	
	EDUCAÇÃO CONECTADA	
3.1.4	MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR	14
	BARRIGA CHEIA	
3.2 Saú	de como o povo quer	16
	GESTÃO EM SAÚDE	
	FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE	
	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR	
3.2.4	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	18
	DA REDE ESTADUAL DE SAÚDE	
	rança Pública	
	SEGURANÇA PARA TODOS	
	POLÍTICAS DE PREVENÇÃO	
	REPRESSÃO QUALIFICADA	
	INTELIGÊNCIA INOVADORA	
3.3.5	ATENDIMENTO AO CIDADÃO	25
3.3.6	REINSERÇÃO DO INFRATOR	25
3.4 Inclu	ısão Social	27
3.4.1	ACRE PARCEIRO E INCLUSIVO	28
3.4.2	ACRE MAIS CULTURA	29
3.4.3	ACRE MULHER COM DIREITOS, INCENTIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	30
3.4.4	ACRE VIVER BEM NA MELHOR IDADE	30
3.4.5	ACRE JOVEM E DAS OPORTUNIDADES	31
3.4.6	ESPORTE E LAZER COMO QUALIDADE DE VIDA	32
	POPULAÇÕES INDÍGENAS	
3.5 Econ	omia para o desenvolvimento	34
3.5.1	NOSSA TERRA, NOSSO PÃO	36
3.5.2	FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO FAMILIAR	36
3.5.3	MERCADO POPULAR	37

3.5.4 FOMENTO AO AGRONEGÓCIO E A INDÚSTRIA	37
3.5.5 GARANTIA AO CRÉDITO E COMERCIALIZAÇÃO	38
3.5.6 AVANTE EMPREENDEDOR	38
3.5.7 ATIVATUR	39
3.5.8 PESQUISA VIVA	39
3.5.9 AGENDA AMBIENTAL	39
3.6 Infraestrutura	41
3.6.1 MOBILIDADE PARA TODOS	42
3.6.2 SANEAMENTO: DIREITO HUMANO ESSENCIAL	43
3.6.3 ACRE EM OBRAS	44
3.6.4 ENERGIA	45
3.7HabitaçãoSocial	47
3.7.1 CASA DA GENTE	47
3.8 Gestão sistêmica e integrada	49
3.8.1 MODERNIZAÇAO E EFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	50
3.8.2 MODERNIZAÇAO DA GESTÃO FINANCEIRA E EQUILÍBRIO FISCAL	52
3.8.3 VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	53
3.8.4 GOVERNO DIGITAL	53



1. APRESENTAÇÃO

Um estado que tem **45,53% da sua popula- ção vivendo na pobreza** exige de seu governante bem mais do que carisma e popularidade.
Exige mais que cumprir a precípua obrigação legal de pagar os salários de servidores em dia e
administrar as finanças realizando pífios investimentos setoriais.

O próximo governador deve, acima de tudo, assumir o **compromisso firme e inabalável de cuidar de vidas**, de pessoas, notadamente dos aproximadamente **412 mil acreanos** que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social e que mais necessitam do poder público para viver com dignidade.

O próximo governador do Acre precisa ser firme diante do atual cenário econômico, de tantas incertezas e com uma iminente recessão global pós-pandemia. Precisa de coragem para combater o desemprego que atinge a maior taxa desde 2012 (16,8% da população), com mais de 61 mil acreanos desempregados, além das 54 mil pessoas que já estavam sem emprego e desistiram de procurar novas vagas, os desalentados.

Governar o Acre não é brincadeira. É preciso compromisso para reverter este cenário de elevado desemprego e desalento, agravado pelo crescimento da inflação, com reflexos imediatos e diretos no aumento de preço dos alimentos da

cesta básica, que afetou gravemente a população mais carente, **levando fome a milhares de lares acreanos.**

Infelizmente, apesar da disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros assegurados pela bancada acreana no congresso, pelo governo federal e pelas operações de crédito contratadas em gestões anteriores, os investimentos, para enfrentar este grave quadro, não ocorreram. O atual governo patina pela falta de projetos e incapacidade operacional. Em outras palavras, não houve falta de recursos, faltaram gestão e compromisso com o povo do Acre.

É preciso **quebrar esse ciclo de estagnação**, ao qual submeteram nosso estado, de completo descuido e descaso com nosso povo. Uma mudança drástica na gestão torna-se necessária e urgente para enfrentar e superar essa crise. Precisamos de um governo verdadeiramente comprometido com a busca de soluções efetivas para chegarmos no futuro desejado.

Nesse contexto, a partir da convergência de sonhos e da determinação em construir um Acre melhor, surgiu a Coligação "COM A FORÇA DO POVO", composta pelos partidos políticos PSD, PROS, AVANTE e PTB, com o desafio de construir um projeto que devolva ao nosso povo a condição de continuar sonhando e lutando por



um Acre inclusivo e com mais oportunidades.

E é com imensa alegria que apresentamos este **Plano de Governo**, para gestão 2023-2026 do Estado do Acre. Um documento fruto do movimento, iniciado em março de 2022, que ouviu as pessoas e as suas demandas por serviços públicos básicos, denunciando a omissão e a negligência do poder público.

Percorremos todo o Acre com a Caravana da Inclusão e das Oportunidades e nos orgulhamos em saber que somos a única candidatura que promoveu a ampla participação popu-

lar na construção do Plano de Governo. Foram mais de **1.000 participantes** (representantes dos diversos segmentos da sociedade, dos setores público e privado e da população em geral), que contribuíram com propostas, inclusive por meio de nossa plataforma digital.

Além da participação popular, contamos com a colaboração de uma equipe multidisciplinar altamente qualificada composta por agentes políticos, técnicos e especialistas com formação e experiência em diversas áreas da gestão pública. As contribuições foram sistematizadas e resultaram na estruturação do Plano intitulado **Acre da Inclusão e das Oportunidades.**





O Plano Acre da Inclusão e das Oportunidades caracteriza o início de um novo ciclo de desenvolvimento, pois apresenta 08 Eixos Temáticos, 40 Programas e 290 Propostas elaborados para criar um ambiente favorável aos negócios, com crescimento socioeconômico capaz de libertar nosso povo da extrema pobreza.

Cada **Eixo Temático** contextualiza uma área a partir da análise de indicadores e, em seguida, **Programas** e **Propostas** para solucionar e evitar problemas emergenciais e futuros.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA;

II. SAÚDE COMO O POVO QUER;

III. SEGURANÇA PÚBLICA; IV. INCLUSÃO SOCIAL:

V. ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO;

VI. INFRAESTRUTURA;VII. HABITAÇÃO SOCIAL;

VIII. GESTÃO SISTÊMICA E INTEGRADA.

Temos um histórico de atuação e convívio com a população acreana mais carente. Portanto, temos coragem para romper com velhas práticas e buscar ações que socorram os mais necessitados de maneira rápida e eficiente. Vamos estabelecer uma nova forma de convívio com a sociedade acreana.

Para atenuar o desemprego e a pobreza faremos uma gestão moderna e eficiente, orientada por resultados. Faremos mudanças estruturais na forma de atuação do governo, com planejamento e equilíbrio fiscal. Faremos uma gestão equilibrada e democrática, com probidade, prudência, idoneidade, respeito, responsabilidade e cuidado com o bem público.

É assim que sonhamos com nosso Acre. Assim será nosso jeito de governar, servindo e cuidando do nosso povo. Esse é o nosso compromisso.





Povo do Acre,

O Acre vive um momento ímpar de sua história, no qual temos a chance de estabelecer um novo rumo para o estado, com coragem, ousadia e preparo. Atualmente, estamos imersos em uma crise política, econômica e social, agravada pela atuação das últimas gestões, e caberá a sociedade tomar para si a missão de realizar a escolha que vai delinear um novo tempo.

As últimas gestões do Estado do Acre se mostraram incapazes de atuar na geração de emprego e renda, segurança pública, saúde e de realizar investimentos em infraestrutura. Os impactos desta crise são sentidos diretamente nos municípios, local onde as pessoas vivem.

O Acre não admite mais erros. As profundas e impactantes transformações sociais já em curso, no âmbito global, nos colocam em um caminho sem volta e devemos nos posicionar na vanguarda desta mudança, valorizando o nosso potencial econômico, turístico e cultural, preservando nossa identidade, que de forma positiva nos diferencia em inúmeros aspectos.

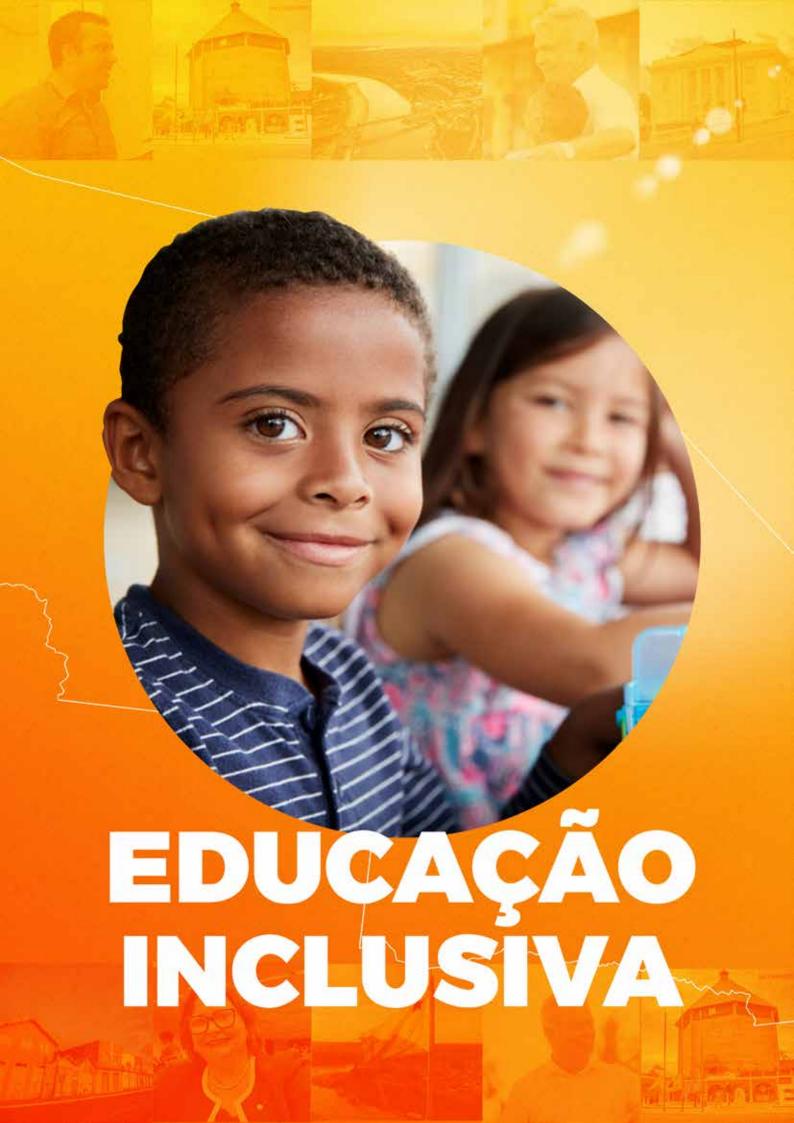
Urge estabelecer, no âmbito do Poder Executivo Estadual, uma governança capaz de responder de forma satisfatória às demandas apresentadas pela nossa população, com ações que tragam de volta a felicidade e o orgulho de morar no Acre. Para tanto, é necessário priorizar investimentos, implementar novos métodos de solução de problemas, assumir novos desafios e criar alternativas que estimulem o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, além da modernização das estruturas do Estado.

É necessária uma visão realista e pé no chão que nos permita implementar soluções exequíveis aos principais desafios e deficiências diagnosticados, além de assumir responsabilidades com o aumento de qualidade de vida de quem vive e empreende aqui. Com uma boa gestão de recursos humanos aliada à tecnologia, podemos estabelecer novos patamares de bem-estar social, melhorando a oferta de serviços públicos, fortalecendo a infraestrutura do estado e oferecendo as condições necessárias para novos investimentos públicos e privados.

Os desafios que se apresentam exigem de nós capacidade de diálogo e esforço coletivo, mas sobretudo, compromisso com a verdade, a lisura e a transparência na gestão pública. Assim, pautados pelos valores democráticos e munidos da experiência política necessária, assumimos o compromisso público de liderar esta mudança.

Candidato ao Governo do Estado do Acre

Sergio Petecão



3.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Educação é um direito previsto na Constituição Federal do Brasil e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB. Constitucionalmente, as responsabilidades dos entes são compartilhadas. A Educação Básica engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, enquanto a Educação Superior, abrange a oferta de cursos sequenciais, de graduação, pós-graduação e de extensão.

As responsabilidades dos entes são compartilhadas, sendo que a Educação Infantil cabe, prioritariamente, aos municípios. O Estado é responsável pelo atendimento da demanda por Ensino Médio e compartilha, com seus municípios, as responsabilidades de oferta do Ensino Fundamental, devendo ser visto como articulador na implementação e integração de projetos e ações que buscam a melhoria da educação como resultado comum.

Além das responsabilidades, insta salientar o cenário de transformações pelo qual passa a educação brasileira com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a Reforma do Ensino Médio. Este novo cenário nacional tem impacto direto na gestão estadual da educação e implica na necessidade de adaptação e preparo para o acolhimento das novas propostas, estratégias e formatos de ensino.

Em contexto local, o Plano Estadual de Educação, no âmbito da Lei nº 2.965, de 02 de julho de 2015, é o principal marco situacional e de planejamento na área, devendo ser compreendido como referencial de política de Estado para a educação, muito além de política de Governo, reforçando os compromissos com as políticas educacionais e com a qualidade do ensino público.

Importa destacar, que a pandemia impôs desafios para governar e desenvolver as políticas no campo educacional. Foi notória a dificuldade, especialmente, em termos tecnológicos, para criar alternativas para atender os alunos durante o período de distanciamento social. No entanto, se de um lado a pandemia ampliou as desigualdades no acesso à educação pública de qualidade, no Acre, por outro, evidenciou a necessidade urgente de investimentos em equipamentos de tecnologia, em ações inovadoras e na formação de professores para atuarem frente a esta nova realidade.

No ano de 2020, conforme o último Censo Escolar divulgado, foram registradas 260.644 matrículas de Educação Básica no estado do Acre, 8.314 a menos em comparação com o ano de 2016. Temos um universo de 146.693 mil alunos, apresentando ligeira queda desde o início do atual Governo. A rede estadual detém 56,6% das matrículas na Educação Básica de todo o estado e assume sua responsabilidade Constitucional em relação ao Ensino Médio, acolhendo 91,8% dos alunos desta etapa, além de 82% dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 80,4% das matrículas da Educação de Jovens e Adultos. Porém, ainda detém 40,6% da responsabilidade, em tese, municipal, quando atende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

No Acre, apenas 2,5% dos matriculados no Ensino Fundamental e cerca de 10,1% dos alunos matriculados no Ensino Médio permaneceram 7 horas diárias, ou mais, em atividades escolares, caracterizando-os como alunos de tempo integral.

Em 2020, foram registradas 39.287 matrículas no Ensino Médio. Esse número é 7,7% menor do que o de matrículas registradas em 2016. Situação parecida é encontrada nos dados da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que apresentou uma queda de 12,8% nas matrículas de 2016 a 2020, chegando a 21.961 em 2020. Em relação ao ano de 2019, o número de matrículas da EJA, Ensino Fundamental, diminuiu 16,0%. A EJA, Ensino Médio, apresentou uma redução, nas matrículas, de 13,8% em relação a 2019.

Entretanto, o número de matrículas da Educação Especial chegou a 11.961 em 2020, um aumento de 59,5% em relação a 2016, evidenciando a necessidade de uma política mais ampla para promover efetivamente a Educação Inclusiva.

O Ideb 2019 indica que os Anos Iniciais, do Ensino Fundamental, como vem acontecendo nos

últimos anos, atingiu a meta e ultrapassou os 6,0 pontos. Já nos Anos Finais, do Ensino Fundamental, o indicador do Estado indica aumento de apenas 0,1 ponto, não atingindo a meta prevista. No Ensino Médio, da mesma forma, o aumento foi de apenas 0,1 ponto, e está longe de atingir a meta. É, assim, o Ensino Médio, nosso grande desafio, até pelo fato de ser de responsabilidade exclusiva do Estado.

Em relação ao indicador de analfabetismo, temos o Acre dentre uma das piores realidades do país. São 71 mil analfabetos, com idade entre 15 e 60 anos. A ausência de um amplo programa de alfabetização no Governo atual e a ineficiência dos inúmeros programas e de investimentos milionários dos Governos anteriores fazem com que esta seja uma realidade que deve ser fortemente enfrentada nos próximos quatro anos.

Neste sentido, é urgente a consolidação de um regime de colaboração em prol da melhoria dos indicadores educacionais no Acre, além de uma ampla avaliação e revisão nos processos de gestão da educação, para que novos programas e novas propostas sejam implementados com intuito de promover uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva em nosso estado:



3.1.1 EDUCAR EM AÇÃO

- Criar e formalizar o Pacto para Alfabetização em Idade Certa, em regime de colaboração com todas as redes municipais;
- Marian e fortalecer **Programas de Alfabe**tização de Adultos, em regime de colaboração com todas as redes municipais e com aporte financeiro;
- Marian Ampliar o Ensino Fundamental em Tempo Integral, ofertando 7 horas de atividades escolares e 3 refeições diárias;
- Viciar um Sistema de Oferta de Disciplinas Optativas, integrando todo o Ensino Médio Estadual, para que os alunos possam realizar escolhas formativas, com a garantia de aproveitamento dos créditos cursados;
- Implementar novos modelos de Ensino Médio Integrado e Vocacionado, em tempo integral;
- Ampliar e fortalecer parcerias para oferta do Ensino Médio Técnico e Profissionalizante em todo estado, considerando as

- potencialidades regionais, garantindo aos jovens mais qualidade e diversidade formativa para melhor ingresso e atuação no mercado de trabalho;
- Implementar **Escolas-Polo do Campo** que pautem sua atuação formativa no diálogocom modelos locais de atividades rurais e nas potencialidades de cada comunidade;
- Ampliar a oferta de Cursos de Ensino Superior nos municípios, fortalecendo as parcerias com Instituições de Ensino Públicas e Privadas e Prefeituras:
- Implantar novas Escolas Estaduais Cívico--Militares em Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Brasileia, com gestão escolar compartilhada entre educadores e militares. A Secretaria de Estado de Educação será responsável pelos processos pedagógicos e os militares atuarão como monitores na gestão educacional, com atividades e práticas de hierarquia e civismo;
- Ofertar turmas de Pré-Enem em todos os municípios do Estado;

- Fomentar ações para **Melhorar a Qualida- de da Educação Básica**, em todas as etapas e modalidades, em relação ao fluxo escolar, a distorção idade-série, concomitante
 e integrado às turmas comuns, com material
 didático específico;
- Implementar políticas públicas voltadas à Inclusão e ao Desenvolvimento Integral de Pessoas com Deficiência ou Altas Habilidades, garantindo, em âmbito escolar, a estruturação e o pleno funcionamento das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Buscar a Municipalização das Escolas que ofertam Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sob a gestão do estado, em consonância com as prefeituras;

- Criar um Centro de Formação Educacional com foco na estruturação de Plataformas Pedagógicas para que profissionais da educação possam compartilhar suas experiências, ampliando a circulação de materiais didáticos desenvolvidos com base no Currículo Estadual:
- Elaborar um **Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação na Educação**, fomentando o desenvolvimento de projetos e programas que contribuam com a promoção de práticas pedagógicas e dos processos de ensino e aprendizagem;
- Regulamentar o Currículo da Educação Escolar Indígena, em dois núcleos formativos: um núcleo comum a todas as Escolas Indígenas e um núcleo específico que atenda



3.1.2 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

- Realizar concurso público para ampliar e Fortalecer o Efetivo de Profissionais de Apoio Administrativo nas escolas, para Profissionais da Educação Especial e Professor de Tempo Integral;
- Buscar a normatização de Carreiras de Psicólogo Escolar Educacional e Psicopedagogo para atuarem em ações que fomentem o ensino e a aprendizagem, o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, bem como programas de saúde mental que atendam os profissionais da educação e dos alunos;
- Reconhecer e Valorizar os Profissionais da Educação, por meio da melhoria nas condições de trabalho, da reformulação do plano de cargos, carreira e salários, implementação

- da hora-atividade e de um programa permanente de formação inicial e continuada;
- Restabelecer o Diálogo Contínuo e Institucional com entidades de representação dos profissionais da educação estadual, inclusive sobre a reposição inflacionária aos profissionais da educação;
- Garantir a **Distribuição Adequada e Gradativa do Repasse do Fundeb**, de 10% para 23%, até 2026, promovendo melhorias salariais aos profissionais da educação;
- Regulamentar o Regime de Colaboração de Permutas e Cessões de Profissionais entre Estado e Municípios;
- Estabelecer parcerias com Instituições de Ensino Superior para Formação Inicial em Cursos de Licenciatura Plena de docentes ativos.



3.1.4 MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRU-**TURA ESCOLAR**

- Construir Quadras de Esporte Cobertas/ Poliesportivas nas escolas da rede estadual que não dispõem desse tipo de estrutura;
- Unidades Escolares, aumentando a oferta de vagas.

3.1.3 EDUCAÇÃO CONECTADA

- Universalizar o Livre Acesso à Internet em todas as escolas urbanas e ampliar a oferta nas escolas rurais;
- Implantar Laboratórios e Bibliotecas em todas as escolas urbanas e ampliar a oferta nas escolas rurais, com recursos multimídia e internet:
- Modernizar as Ferramentas e Plataformas de Ensino Digital, garantindo acesso a toda comunidade escolar.





3.1.5 BARRIGA CHEIA

- Garantir Alimentação Escolar Saudável e Diversificada, com acompanhamento nutricional, priorizando aquisição de produtos regionais, frescos e naturais, contemplando todos os segmentos;
- Agricultura Familiar, melhorando a qualidade da merenda escolar, valorizando a produção local;
- Melhorar o Cardápio da merenda escolar, valorizando os alimentos produzidos de acordo com a cultura local e safra;
- Instituir uma Equipe de Supervisão da Merenda Escolar, para fiscalizar, orientar e supervisionar as cantinas e as dispensas da escola;
- U Controlar de forma rigorosa, a Regularidade da Distribuição da Merenda Escolar, bem como a qualidade da produção das refeições.



3.2 SAÚDE COMO O POVO QUER

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo marco na gestão da saúde pública, em que se busca a equidade, a garantia de acesso universal às ações e serviços, o aumento do financiamento, a unificação e integração das ações preventivas, curativas e de reabilitação, por meio da gestão, integração e definição de competências para cada esfera de governo: federal, estadual e municipal.

A gestão estadual de saúde é responsável pela atenção de média e alta complexidade, que concentra a prestação de serviços ambulatoriais especializados e hospitalares, assim como os servicos de urgência e emergência.

Nessa perspectiva, a gestão tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS), que envolve a União, Estados e Municípios, requer a estruturação e fortalecimento das instâncias colegiadas de negociação, integração e decisão, envolvendo a participação dos gestores, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.

A saúde do estado do Acre, apesar do alto volume de recursos aportados, principalmente para o combate a pandemia, não avançou e continua com graves problemas, especialmente, de gestão, de falta de médicos especialistas, equipamentos básicos e medicamentos essenciais.

Os atendimentos, muitas vezes, estão sendo realizados em corredores das unidades de saúde, por falta de infraestrutura adequada. As condições são precárias tanto para as equipes multiprofissionais, como para os usuários. A incapacidade de gestão gera morosidade e ausência de resolutividade nos atendimentos.

Diante desse quadro, nosso foco será a melhoria de processos e fluxos, por meio de uma gestão mais eficiente, com níveis elevados de governança, proporcionando aos acreanos uma rede de serviços de saúde racionalizada e resolutiva.

Vamos valorizar os servidores e prestadores de serviço, por entendermos que eles são fundamentais para garantirmos um bom atendimento à população. Faremos os investimentos e intervenções necessárias para oferecer melhores condições de trabalho e atendimento à população, com a modernização da estrutura física, equipamentos e garantia permanente de insumos.

Importante salientar que, para o sistema de saúde ter acesso aos recursos destinados, ele deve funcionar na sua plenitude. Nesse sentido, a gestão trabalhará para organizar as Redes de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito das três regionais de saúde (Alto Acre, Baixo Acre/Purus e Juruá/Tarauacá-Envira), organizando as ações nos três níveis de complexidade (primário, secundário e terciário).

Nesse contexto, para fazer frente a tais desafios, apresentamos algumas das propostas a serem implementadas em nossa gestão visando à efetiva melhoria da saúde estadual:



3.2.1 GESTÃO EM SAÚDE

- Promover a Gestão Descentralizada das Unidades de Saúde, ampliando a autonomia financeira e melhorando o atendimento;
- Estabelecer Normas e Pré-requisitos Técnicos para Nomeação de gerentes de unidades de saúde e cargos de direção;
- Implantar o Prontuário Eletrônico, modernizando o sistema operacional de saúde e melhorando o fluxo de atendimento nas unidades de saúde;
- Garantir a contrapartida estadual para o Financiamento de Medicamentos da Farmácia Básica:
- Fortalecer a Escola de Saúde Pública do Estado do Acre;
- Fortalecer e apoiar o Conselho Estadual de Saúde e Instâncias de Governança do SUS (Comissão Intergestores Bipartite - CIB e Comissões Intergestores Regionais -CIR's).



3.2.2 FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

- Apoiar e fortalecer a **Atenção Primária** de Saúde, reduzindo gastos com média e alta complexidade, por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF), facilitando o acesso da população em unidades de saúde mais próximas de sua residência;
- Fortalecer e modernizar o **Sistema de Regulação Estadual**, ampliando a capacidade, logística e integrando on-line com as demais regulações municipais;

3.2.3 VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

- Revisar o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) dos servidores da saúde, reativando a Mesa Estadual de Negociação do SUS e realizando o provimento de novas vagas e a reposição de profissionais nesta área;
- Priorizar a Nomeação de Servidores Efetivos em cargos comissionados e função de confiança, garantindo estabilidade e continuidade na implementação de políticas de saúde;
- Garantir Assistência em Saúde Física e Mental aos servidores que prestam serviços na rede estadual de saúde;
- Alocar os profissionais da saúde de acordo com Critérios de Especialidade, limites de carga-horária, melhorando a qualidade do atendimento à população;
- Implementar o Plano de Formação Permanente para servidores da saúde.

- Implementar a Política Estadual de Assistência Farmacêutica de forma hierarquizada e descentralizada;
- Fortalecer o **Programa de Saúde Itine- rante**, com a realização de mutirões de cirurgias, consultas e diagnósticos especializados
 nos municípios;
- Fortalecer as ações de **Vigilância em Saúde**, eliminando, reduzindo ou prevenindo riscos à saúde;
- Apoiar e Fortalecer as Entidades, Autarquias e Demais Instituições que promovam a saúde.





3.2.4 MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA **INFRAESTRUTURA DA REDE ESTADUAL DE SAÚDE**

- nutenção das Unidades da rede de Assistência Estadual de Saúde;
- Implantar o Programa de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos Hospitalares;
- Construir o novo **Hospital da Criança** de Rio Branco;
- Construir o novo Hospital Regional de Tarauacá;
- Construir o novo **Hospital de Xapuri**;
- Distrito de Rio Branco;

- de da Mulher;
- Cruzeiro do Sul;
- Implantar uma nova UPA no Conjunto Tucumã;
- Implantar **Casa de Parto** nas regionais que não possuem o serviço;
- mento ao Autista com possibilidade de atendimento itinerante nos municípios;
- Implantar novos Centros Especializados de Reabilitação (CER) em parcerias com entidades e instituições que atuam no setor;
- Implantar Centros de Nefrologia em outras regionais.



3.3 SEGURANÇA PÚBLICA

O cidadão acreano pede e merece uma Seguranca Pública vista como um direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania, com liberdade, equidade racial e de gênero; paz e valorização da vida e do meio ambiente. E, como direito, segurança precisa se traduzir em políticas públicas que se guiem pelos princípios da transparência, eficiência, da participação social e de modelos de governança democrática.

Na nossa gestão vamos garantir uma Segurança Pública e de Defesa Social de forma planejada, integrada e inteligente, contribuindo com a paz social e o bem-estar da população. Vamos garantir a ordem pública, a incolumidade das pessoas, do patrimônio e meio ambiente, por meio da atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada nas áreas meio e finalística de todos os órgãos que compõem o Sistema Integrado de Segurança Pública, em articulação com a sociedade e cooperação com os demais entes das esferas federal e municipais.

Nesse sentido, vamos construir um Plano de Segurança Pública a partir da convergência de esforços multifacetados, que impõe necessariamente um planejamento robusto e estruturado, com foco ininterrupto na eficiência administrativa, na qualidade da prestação do serviço público e no alcance de resultados efetivos para o cidadão.

Assim, nossa proposta é entregar uma Segurança Pública que funcione, que atenda aos anseios de todos, independentemente de classe social, cor, raça, sexo, enfim, sem distinção de qualquer natureza, pois sem Segurança Pública não há desenvolvimento social.

Cabe destacar que o crime é um fenômeno multifatorial, problema complexo que não comporta uma explicação simplista. Alguns fatores, porém, são tidos como primários, e, se enfrentados adequadamente, por certo, ocasionarão a redução considerável nos índices de violência.

Como agravante, no Acre podemos destacar a desestruturação familiar, índices negativos na educação, escassez de atividades culturais, desemprego, desigualdade de

renda, índice de desenvolvimento humano IDH não satisfatório e corrupção.

Daí percebemos a complexidade do enfrentamento ao problema, o que nos exige coragem para reconhecer que o controle da criminalidade não está restrito aos órgãos de Segurança. É importante que tenhamos determinação para implementar Políticas Públicas adequadas de curto, médio e longo prazo para conquistar a tão almejada paz social.

Em breve análise nos anuários estatísticos de Segurança Pública, observamos que o pico de violência letal no Acre ocorreu em 2017, quando o estado registrou 63,9 mortes violentas intencionais (MVI) para cada 100 mil habitantes.

A partir de 2018 iniciou-se uma tendência de queda nos índices de mortes. Porém, ao contrário das tentativas de explicação simplista e/ou interessadas, muitas das quais feitas no afogadilho da proximidade das eleições gerais de 2022, é preciso cautela na identificação dos fatores e causas para este fenômeno.

Ao analisarmos os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, verificamos que o Acre ainda é um local muito violento para se viver. Se compararmos nossa situação com outros estados, notadamente da região de fronteira, constatamos que não temos motivos para comemorar. Ao contrário, nos últimos dez anos, o Acre experimentou um acréscimo de 6,8% na taxa de mortes violentas intencionais (homicídios, latrocínios e lesões seguidas de morte), posto que em 2011 tínhamos 19,8 mortes violentas intencionais (MVI) para cada 100 mil habitantes e agora, em 2021, temos 21,2 mortes sob a mesma rubrica. No mesmo período, estados como Rondônia e Mato Grosso, por exemplo, experimentaram, respectivamente, quedas exponenciais nesse indicador, com 5,7% e 24,5%.

Outro fator que interessa observar é que desde 2013 o Acre tem visto um aumento contínuo no aludido índice, superando, todos os anos, a média da Região Norte e, desde 2015, a média do Brasil.

Vale citar ainda que, em abril de 2021, o Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y Justicia Penal da Ciudad de México publicou o Ranking das 50 cidades, com mais de 300 mil habitantes, que apresentaram as mais elevadas taxas de homicídio no mundo em 2020. Na lista, Rio Branco aparece na 33ª posição, com uma taxa de 42,3 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes. Ocupou o posto de cidade mais violenta da Região Norte, ficando atrás somente das cidades brasileiras de Fortaleza, Mossoró, Vitória da Conquista e Salvador. (Anuário de Indicadores de Violência e Criminalidade, MPAC).

É importante também saber quem está matando e quem está morrendo. Sob esse prisma, constatamos a falência das Políticas Públicas para Infância e Juventude em nosso Estado. Em um simples recorte do citado Anuário, constatamos que, desde 2018, em média, 73% dos autores de Homicídio, Latrocínio e Lesões Seguidas de Morte estão na faixa etária entre 15 e 29 anos (adolescentes e jovens adultos). E o fenômeno se repete entre as vítimas, desses mesmos crimes, já que cerca de 55% estão nesta mesma faixa etária.

A esse respeito, cabe mencionar que, de 2013 a 2022, das pessoas identificadas como integrantes de Organizações Criminosas no estado do Acre, 75% delas têm de 15 a 29 anos.

O que estão fazendo com nossa Juventude? É importante observar que ainda vivemos um rescaldo da violência endêmica vivida por décadas a fio. Assim, longe de comemorarmos, devemos continuar vigilantes e trabalhando firmes para continuar combatendo a violência em nosso Estado e criando políticas públicas que previnam o aumento desses índices no futuro.

Corroborando nosso status de Estado violento, temos os execráveis **índices de Feminicídio**. Ocupamos o **1º lugar no Ranking Nacional**, com 2,9 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil habitantes (lembrando que a média nacional é de 1,2 feminicídios por grupo de 100 mil). Aliás, em se tratando de **violência contra a mulher** todos os índices são muito preocupantes. As lesões corporais, por exemplo, em 2021, alcançaram a taxa de 231,7 vítimas por grupo de 100 mil habitantes, **com aumento de 94,1%** em relação a 2020.

Os índices de estupro e estupro de vulnerável também explodiram. Com taxas de 14,1 e 50,6 vítimas por grupo de 100 mil habitantes, em 2021, respectivamente, superamos em muito a taxa média nacional, com aumentos mensurados em 12,7% e 131% se comparados com os dados de 2020. Isso falando somente de casos registrados, mas sabemos que a subnotificação é grande. A realidade fática é bem pior, certamente.

Outro grande problema enfrentado pela nossa população, na área de segurança pública, são os **crimes contra o patrimônio.** Neste ponto, também os dados são alarmantes. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no que se refere a roubos/furtos de veículos e celulares, **chegamos aos absurdos números de 1.341 veículos e 4.829 aparelhos celulares roubados/furtados em 2021**, taxas muito superiores à média nacional e que evidenciam **aumentos de 33,8% e 37,5%, respectivamente, em relação ao ano de 2020**.

Dessa forma, quando tratamos dos roubos em geral, vemos que o cidadão acreano está jogado à própria sorte. Em 2021 foram registrados 4.258 roubos no Estado, com aumento de 15,4% em relação a 2020, representando uma taxa de 469,5 vítimas de roubo por grupo de 100 mil habitantes, muito superior à taxa média nacional. Da mesma forma, é público e notório o crescimento dos crimes patrimoniais cometidos em ambiente digital ou a partir de meios eletrônicos.

Podemos mencionar ainda as **fronteiras inter- nacionais.** O Acre possui uma extensa faixa de fronteira com a Bolívia (618 km) e com o Peru (1.350 km). Esses países, juntos, são responsáveis por mais de 10% do cultivo de coca do mundo. Matérias jornalísticas apontam que a Bolívia se tornou um território prioritário para as redes internacionais de traficantes expandirem seus negócios. Tais fatos demonstram a vulnerabilidade a que está exposto o estado do Acre.

As organizações criminosas dominam as principais rotas do tráfico e o comércio de drogas no território acreano, fomentando a violência e a instabilidade social. A falta de vigilância per-

manente por parte das instituições federais, as quais têm o real dever de proteger a extensa fronteira nacional, somada à baixa capacidade de atuação das forças estaduais de segurança pública no território fronteiriço, são fatores preponderantes nos índices de criminalidade de nosso Estado.

Enfim, em que pese a qualidade e dedicação dos efetivos das nossas honrosas polícias, o que não nos falta são problemas de segurança pública. O cidadão acreano está longe de viver e experimentar a sensação de segurança alardeada pelos órgãos oficiais.

Reverter essa situação no Acre não será tarefa fácil. Reduzir os índices de violência e converter a sensação de medo em sentimento de seguranca pública estão entre nossos maiores desafios, já que as pesquisas demonstram que a segurança pública sempre foi uma das maiores preocupações dos acreanos.

Será vital a integração dos governos municipais, estadual e federal, da valorização e motivação dos servidores, para que exerçam com eficiência seu papel de zelar pela nossa proteção, e a implementação de estratégias de gestão voltadas para resultados. É preciso ainda agregar a esses propósitos políticas de prevenção, repressão qualificada, inteligência inovadora, de atendimento ao cidadão e de reinserção do infrator na sociedade.

Portanto, nossa gestão focará no que é primordial: mais eficiência no direcionamento dos recursos, para potencializar o uso de tecnologias modernas de identificação, monitoramento e controle da criminalidade e investir na recuperação e ressocialização de quem infringe a lei.

Também adotaremos ações de prevenção primária, junto às famílias com maior vulnerabilidade, com priorização para os serviços públicos de educação, saúde, segurança, habitação, saneamento, esporte e lazer, geração de emprego/ renda.

Serão, ainda, induzidas ações similares de responsabilidade dos Municípios, além daquelas que transmitam uma maior sensação de segurança como, por exemplo, iluminação pública, pavimentação, limpeza e manutenção de parques, praças e áreas públicas destinadas ao esporte e lazer.

O Estado estará presente de modo permanente nestas comunidades, não apenas de maneira reativa e ostensiva, mas com políticas públicas de prevenção e combate às situações causadoras de violência. Para isso, devemos envolver e fomentar a participação da comunidade, atrair investimentos empresariais e oferecer alternativas e oportunidades aos jovens.

Nesse sentido, apresentamos a seguir um conjunto de ações e propostas para reverter esse cenário de insegurança e recuperar a paz que os acreanos merecem:

3.3.1 SEGURANÇA PARA TODOS

- VI Revisar o Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social para adaptá-lo à realidade local, com estrita obediência às orientações e diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNS-PDS), do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP);
- 🔰 Assegurar a disponibilidade e **Otimizar a** Aplicação dos Recursos, garantindo a eficiência na captação de recursos, especialmente aqueles advindos do Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo Nacional Antidrogas;
- Criar o Fundo Especial da Polícia Militar e o Fundo Especial da Polícia Civil, como estratégia de captação de recursos, garantindo a manutenção do Fundo Estadual de Segurança Pública e Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar;
- Incrementar a Política de Gastos Eficientes, viabilizando soluções inteligentes para reduzir o gasto com a gestão administrativa e priorizando o investimento para o desenvolvimento das atividades finalísticas das forças que integram o Sistema de Segurança;
- Promover Melhorias Salariais, Contratação, Capacitação continuada, infraestrutura e equipamentos para o desempenho das atividades das forças de segurança.

3.3.2 POLÍTICAS DE PREVENÇÃO

- Apoiar e estimular as Ações, Projetos e Iniciativas, nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento, esporte e lazer, que impactam a Segurança;
- Fomentar o **Uso de Tecnologias** modernas como cercamento eletrônico, videomonitoramento, drones, comunicação digital, informatização, ocorrências georreferenciadas, dentre outros.

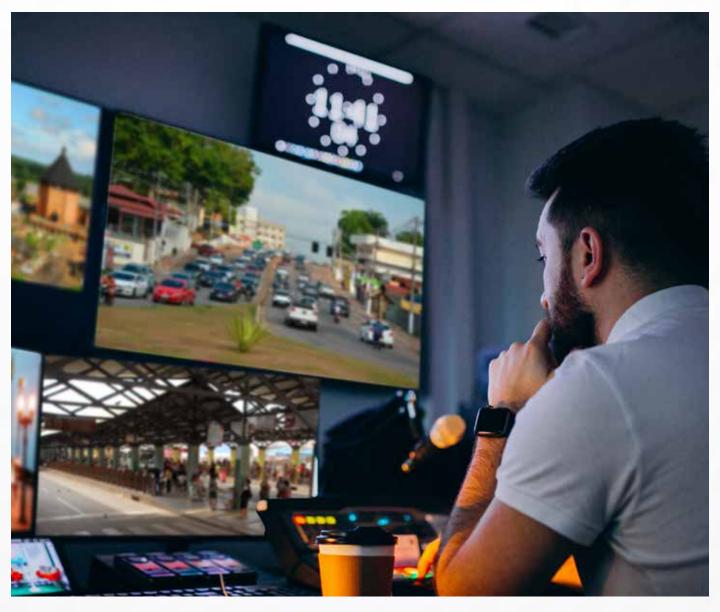




3.3.3 REPRESSÃO QUALIFICADA

- Adotar o Policiamento Ostensivo Orientado à Solução de Problemas (POSP), método racional e eficiente para tomada de decisões e resolução de problemas repetitivos que envolvem crimes e desordem social, objetivando alcançar resultados mais efetivos e duradouros;
- Adotar programas de **Redução de Homicídios**, pautados na articulação interinstitucional em torno de objetivos e metas comuns, com o uso intensivo de informações, foco territorial, monitoramento e avaliação, bem como o uso de evidências;
- Criar a Delegacia Especial de Fronteira (DEFRON) e ampliar a estrutura dos Grupos Especiais de Fronteira já existentes, fortalecendo a atuação no enfrentamento/ investigação dos diversos crimes chamados transfronteiriços;
- Reestruturar a Delegacia de Combate à Corrupção (DECCOR), dotando-a de recursos humanos e tecnológicos;
- Ampliar a atuação da Delegacia de Combate à Corrupção (DRACCO) e Delegacia de Repressão ao Narcotráfico (DENARC) para que tenham atribuição em todo o Esta-

- do, e adquirir ferramentas tecnológicas, para proporcionar condições estruturantes para o enfrentamento às Organizações Criminosas que atuam especialmente no Tráfico de Entorpecentes e Corrupção;
- Criar o Grupo Especial para combate à Lavagem de Dinheiro e o Laboratório de Lavagem de Dinheiro, com capacitação continuada e aquisição de ferramentas tecnológicas;
- Criar, no âmbito da Polícia Civil, a Divisão Especializada de Combate a Crimes Cibernéticos (DECIBER), com Delegacias Especializadas instaladas na capital e nas sedes das Regionais de Segurança Pública;
- Proporcionar às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) em Rio Branco e à Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEMPCA) em Cruzeiro do Sul condições estruturantes com equipamentos e recursos humanos adequados para o enfrentamento à violência doméstica;
- Fomentar a criação de **Núcleos Especiali**zados no combate à Violência Doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes nas Delegacias Gerais dos demais Municípios.



3.3.4 INTELIGÊNCIA INOVADORA

- Fortalecer e modernizar o Centro de Controle Operacional, integrando as áreas de segurança, educação, saneamento, habitação, trânsito, patrimônio público, entre outros;
- Magazia Apoiar e estimular a Produção Científica no desenvolvimento de projetos e inovação tecnológica nas áreas de Segurança Pública por meio de acordos de cooperação com instituições de ensino superior;
- V Criar Manual de Padronização da Segurança Pública Estadual com o intuito de coletar, padronizar, integrar e consolidar dados e informações de interesse da Segurança Pública;
- Promover estudo colegiado para subsidiar a adoção de Boas Práticas do Regime de Trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade dos servidores;

- Adquirir Softwares e outras Ferramentas e Integrar o Sistema de Segurança, visando o fortalecimento das inteligências, seja na produção de conhecimento, seja na investigação específica, voltadas à análise de vínculos e dados;
- Ampliar e Descentralizar a Infraestrutura do IML, com a instalação de Postos Periciais de Criminalística e Medicina Legal nas regiões do Envira, Purus e Alto Acre, garantindo o atendimento em todo o Estado;
- Implantar o Complexo Pericial em Rio Branco para concentrar a realização dos exames decorrente das perícias realizadas nas outras regionais acreanas e nos de maior complexidade oriundos dos Postos Periciais;
- Modernizar a Perícia, com aquisição de instrumentos tecnológicos e insumos adequados e suficientes para realizar exames periciais.

3.3.5 ATENDIMENTO AO CIDADÃO

- Aprimorar o Sistema de Registro de Ocorrências com ampliação da Delegacia online e criação de Central de Registro de Ocorrências Policiais vinculadas aos Órgãos Centrais de Atendimento (OCA) existentes na capital e no interior, com atendimento terceirizado e funcionamento ininterrupto;
- Ampliar a atuação da **Patrulha Maria da Penha**, da Polícia Militar do Estado do Acre, assegurando a integração de recursos humanos e tecnológicos para atendimento imediato às vítimas e enfrentamento à violência doméstica;
- Criar um Sistema Integrado de Amparo à Mulher vítima de violência, de modo que não seja necessária à sua revitimização, ou seja, a repetição dos fatos, por ela sofridos, para receber apoio nos diferentes órgãos de apoio;
- Criar Centros Especializados de Triagem e Acolhimento de Vulneráveis (CETAV) na capital e nas sedes de delegacias regionais do interior, recepcionando as demandas do público vulnerável em situação de violência (mulheres, crianças, adolescentes, idosos, deficientes, população LGBTQIAP+ e outros)

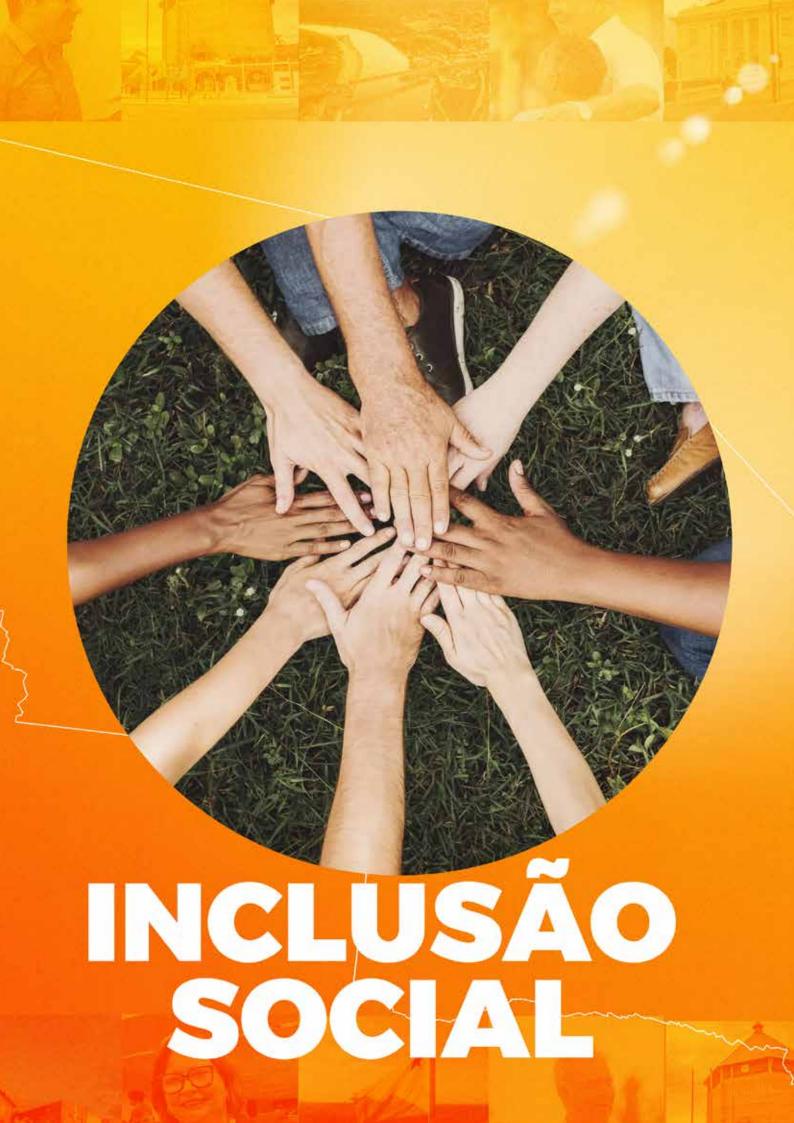
3.3.6 REINSERÇÃO DO INFRATOR

- Criar Mecanismos de Incentivos Fiscais, de competência estadual, para a iniciativa privada que contratar presos, egressos do sistema penitenciário, e adolescentes, egressos do sistema socioeducativo (internação) ou em liberdade assistida, na forma de jovem aprendiz ou primeiro emprego;
- Criar Colônia Agrícola, com a supervisão de técnicos da área da produção estadual, para promover a reinserção social de presos em regime semiaberto com a possibilidade de produção de gêneros para o próprio sistema penitenciário e comercialização do excedente como incremento de renda das famílias dos apenados;
- Criar Escola Profissionalizante de Reinserção Social, conduzida com a doutrina e disciplina militar, a exemplo dos colégios militares, e com cursos profissionalizantes para integrantes do sistema penitenciário e socioeducativo, em parceria com as instituições públicas e privadas especializadas na



- e proporcionando acolhimento humanizado e multidisciplinar com posterior encaminhamento para atendimento policial;
- Implantar o **Núcleo de Atendimento In- tegrado** (NAI), em cumprimento ao Estatuto
 da Criança e do Adolescente (Artigo 88, inciso V), para realizar o primeiro atendimento
 ao adolescente a quem se atribua prática de
 ato infracional;
- Criar, juntamente com as secretarias municipais de saúde, o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), em ambiente predial fisicamente separado dos IML, para receber pessoas falecidas de causas naturais.
 - área profissionalizante (Ieptec, Seict, Sistema "S");
- Construir e reformar estruturas para comportar **Templos Ecumênicos, nas Unidades Prisionais**, a fim de promover a espiritualidade e a religiosidade como forma de renovação pessoal, promoção de valores e reinserção social.





3.4 INCLUSÃO SOCIAL

A Constituição Federal de 1998, garantiu, no seu Art. 1º, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, como fundamentos da nossa República, orientando toda a legislação complementar do Brasil no que concerne a esta norma.

A diversidade que compõe a sociedade, quando considerados níveis de renda, diferenças sócio regionais, culturais, educacionais, origem étnica, condições de habitação e trabalho, implica em definição de políticas públicas destinadas aos mais diferentes setores da sociedade.

O Acre tem inúmeros desafios a serem superados para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a oferta dos serviços que são oferecidos à população. A realidade é desafiadora sob vários aspectos, principalmente nas áreas de inclusão social e direitos humanos.

Dados do Mapa da Pobreza da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de julho de 2022 revelam que 45,53% da população acreana encontra-se na pobreza. São aproximadamente 412 mil acreanos.

Com relação ao IDHM (2021), que é composto pelos subíndices longevidade, educação e renda, o Acre ocupa a 21^a posição, sexta pior posição no Brasil.

A Assistência Social é fundamental para atenuar as problemáticas sociais, ela é dever do Estado e direito do cidadão, além de fazer parte da seguridade social. A Intervenção do Poder Público deve ser estratégica a fim de promover os direitos dos indivíduos e das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Dados de outubro de 2019 mostram que o Programa Bolsa Família beneficiou diretamente 87.057 famílias, representando uma cobertura de 114,7% da estimativa de famílias pobres no estado. Já no ano de 2021, o Acre contava com 141,9 mil famílias em situação de vulnerabilidade social inscritas no Cadastro Único. Todavia, somente 90.123 famílias recebem atualmente o Auxilio Brasil.

Além da pobreza, dados recentes do Ministério Público do Estado evidenciam que o Acre também lidera os casos registrados de feminicídio no país, com a maior taxa, de 2,9 para cada 100 mil mulheres. Há um grave retrato da violência contra mulheres no estado, segundo o Monitor da Violência, já que o Acre é uma das unidades da federação com a maior taxa de homicídios contra mulheres e de feminicídios do país.

Quando avaliamos a situação de nossos jovens, segundo dados da FGV, novamente temos o Acre no topo do ranking nacional, com a 4ª maior população de jovens entre 15 e 29 anos que não estuda e não trabalha.

Quanto aos povos indígenas, o estado tem uma população de aproximadamente 19.962 índios. Assim, faz-se imperioso criar políticas púbicas voltadas especificamente para este segmento da sociedade acreana.

Na nossa gestão a cultura estará entre os direitos e deveres que se combinam no exercício da cidadania. A diversidade cultural do Acre, analisada sob a ótica do seu desenvolvimento histórico e de sua ocupação, é composta por muitas etnias e uma riqueza sociocultural datada desde o processo de ocupação territorial do estado.

Notadamente, a política cultural tem sido negligenciada, ao longo dos últimos anos, a exemplo da absoluta condição de abandono em que se encontram a Biblioteca da Floresta, a Tentamen, a Casa dos Povos da Floresta, dentre outros. Portanto, a ação do governo no apoio e na promoção do acesso aos bens culturais é um elemento primordial para o processo de construção da sociedade acreana e a afirmação da nossa diversidade cultural.

Nossa proposta volta-se à implantação de um **modelo transparente, inclusivo e democrático** de gestão cultural, fortalecendo os diversos segmentos culturais e incentivando a cadeia produtiva.

A atual gestão também não conseguiu desenvolver uma política pública efetiva na área de esporte e lazer que proporcionasse qualidade de vida aos acreanos. Faltam espaços, equipamentos, incentivo e apoio à prática esportiva.

Por meio do esporte e lazer vamos promover a inclusão social, de modo a contribuir com a re-

dução dos índices de violência e uso de droga, promoção à saúde e desenvolvimento humano do povo acreano.

É necessário melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população e o esporte é fundamental. A partir da escuta realizada nos 22 municípios, reafirma-se o compromisso em

promover ações para desenvolver as áreas estratégicas a fim de melhorar a vida, resgatar a dignidade e manter viva a capacidade de sonhar do povo acreano.

Nesse sentido, apresentamos algumas das propostas a serem implementadas visando à efetiva promoção e inclusão social em nosso estado:



3.4.1 ACRE PARCEIRO E INCLUSIVO

- Implantar o Restaurante Popular no segundo distrito de Rio Branco, em parceria com a Prefeitura;
- Fortalecer as parcerias com as prefeituras para ampliar as ações de assistência social no âmbito dos CRAS e CREAS;
- Incentivar a formação de Consórcios e Cooperação Técnica entre municípios, para a gestão e prestação de serviços regionalizados;
- Fortalecer as diversas instâncias de articulação, pactuação, deliberação e controle social, disponibilizando infraestrutura, capacitação e sistemas de informações adequados;
- Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta **Complexidade**, assegurando a qualificação da oferta dos serviços;
- Fortalecer a Rede de Proteção Social Bá-

- sica para Crianças, Adolescentes e Jovens;
- Regionalizar os Serviços de Alta Complexidade com foco no atendimento de criancas e adolescentes:
- Assegurar a qualificação de Vigilância Socioassistencial em todos os municípios do Acre;
- Apoiar Empresas que disponibilizarem vagas no seu quadro de funcionários para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica;
- Disponibilizar um banco de dados com informações sistematizadas que garantam efetivamente a transparência e a gestão democrática:
- Articular a criação de **Ouvidorias em todos** os municípios, conforme critérios estabelecidos pelas instâncias de pactuação e controle social.



3.4.2 ACRE MAIS CULTURA

- Implementar o Plano Estadual de Cultura;
- ▼ Regulamentar e implementar a Lei 2312/2010 que criou o Sistema Estadual de Cultura – SISCULT;
- ▼ Reestruturar o Conselho Estadual de Cultura (ConCultura) e submeter o Plano Anual de Investimentos PAI à sua apreciação;
- Fortalecer a **Transversalidade da Cultura** nas diversas áreas de atuação do governo;
- Firmar parcerias e/ou convênios para promoção de ações voltadas à **Cultura Inclusiva**;
- Promover o **Intercâmbio e Difusão Cultu**ral com os países fronteiriços nas dimensões simbólica, cidadã e econômica;
- Adotar a **Economia Criativa** como uma das estratégias de desenvolvimento e promoção da difusão da cultura local;
- Promover a Capacitação de gestores, produtores e demais agentes culturais visando à qualificação da produção artística e cultural no Estado, aliada às novas tecnologias de informação e comunicação;
- Promover Projetos Culturais de grande efeito multiplicador, como festivais, bienais, feiras, mostras, espetáculos, dentre outros, nas várias expressões da cultura regional;
- Flaborar e divulgar Calendários Semes-

- **trais com as atividades de cada setor da cultura**, articulando iniciativas públicas e privadas, evitando a competição pelos mesmos públicos e recursos;
- Fomentar a **Interação entre Cultura e Educação**, assim como o departamento de livro e leitura;
- Estimular e apoiar a Produção de Publicações do universo cultural do Acre;
- Modernizar a gestão da rede de Bibliotecas Públicas estaduais;
- Implantar o Centro da Cultura Acreana no antigo Colégio Meta;
- Resgatar a Bienal do Livro e da Leitura e revitalizar os pontos de leitura, inclusive o da



3.4.3 ACRE MULHER COM DIREITOS, IN-**CENTIVOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

- Disponibilizar um banco de dados com informações sistematizadas relativas à violência contra a mulher, para subsidiar a identificação dos pontos de maior vulnerabilidade e estabelecer ações específicas de prevenção e combate a violação de direitos das mulheres:
- **Iher,** com atendimento humanizado realizado por equipe multidisciplinar, em delegacias, com atenção especial às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade;
- Garantir oferta de serviços de assistência social, saúde, orientação jurídica e psicológica às mulheres de assentamentos, aldeias indígenas e comunidades rurais;
- Marticular crédito para fomentar a implementação de empreendimentos liderados por mulheres, especialmente em situação de vulnerabilidade social;
- Fortalecer e Ampliar os Serviços da Rede de Enfrentamento à violência contra mulheres, em parcerias com os Municípios, sociedade civil organizada e terceiro setor;
- Fortalecer e ampliar os serviços da **Rede de** Saúde Integral da Mulher;
- Conceder Bolsa Atleta para Mulheres, com o intuito de estimular práticas esportivas e a participação em competições regionais e nacionais.







3.4.4 ACRE VIVER BEM NA MELHOR IDA-DE

- Garantir o cumprimento do Estatuto do Idoso, com a implementação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e a ampliação do controle social para melhorar a formulação e execução de políticas públicas;
- Orientar os municípios nos processos de implantação de ambientes e espaços públicos adaptados aos idosos;
- Capacitar servidores que atuam diretamente com a população idosa, melhorando a qualidade no atendimento e serviços prestados.



3.4.5 ACRE JOVEM E DAS OPORTUNIDA-DES

- Fortalecer o Conselho Estadual de Juventude;
- Criar o Fundo Estadual de Juventude;
- Estimular a participação da população jovem, sobretudo mulheres, negras/os e LGBTQIA+, nos espaços de discussão e formulação de políticas públicas;
- Promover o desenvolvimento da economia solidária e criativa protagonizadas pela população jovem;
- Articular programas de microcrédito para jovens empreendedores;
- Facilitar o acesso à qualificação profissional da população jovem que se encontra no sistema penitenciário ou em medida socioeducativa;

- Oferecer cursos de formação profissional para jovens com deficiência;
- Aumentar o número de vagas para estagiários, oportunizando a capacitação em serviço e reforçando todas as áreas da gestão estadual com capital humano qualificado;
- Garantir aos jovens a comprovação da qualificação profissional, novas habilidades e rotinas exigidas pelo mercado de trabalho;
- Desenvolver campanhas educativas permanentes de combate ao machismo, ao racismo e a todas as formas de exploração sexual contra adolescentes e jovens LGBTQIA+.





3.4.6 ESPORTE E LAZER COMO QUALIDA-**DE DE VIDA**

- Apoiar a realização dos jogos escolares, universitários e abertos e integrá-los ao Sistema Estadual de Esporte e Lazer;
- **Nevitalizar** e modernizar os espaços esportivos públicos existentes, e garantir o seu pleno funcionamento à comunidade;
- Modernizar e aprimorar os parques pú**blicos**, em parcerias com os municípios, ampliando as opções de lazer para a população;

- Apoiar os atletas de rendimento com **bolsa** mensal, garantindo seus treinamentos e a participação em competições;
- Garantir incentivos para que a iniciativa privada apoie o esporte de alto rendimento;
- Implementar, em parceria com a educação, o projeto "Escola de Portas Abertas", garantindo a utilização dos espaços esportivos no período noturno, com segurança;
- Criar um calendário anual de esporte e lazer.



3.4.7 POPULAÇÕES INDÍGENAS

- Fortalecer as ações de promoção dos direitos dos povos indígenas e as Políticas de Promoção e Proteção a estas comunidades;
- tes indígenas na gestão de políticas públicas;
- Fortalecer ações de **segurança pública** nas comunidades indígenas, sobretudo de combate as ações ilegais de madeireiros e do crime organizado;
- Promover e apoiar a conservação e o uso de práticas sustentáveis dos recursos naturais usados na cultura indígenas, inclusive no artesanato para fins comerciais;

- Maria Apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, inclusive com capacitação das comunidades indígenas para gestão dessas atividades;
- Garantir assistência social de qualidade, continuada e adequada às especificidades dos povos indígenas e das diferentes regiões e biomas;
- Revitalizar e reestruturar os centros indígenas de formação;
- Fomentar o acesso à água potável e implementar medidas de preservação das águas que abastecem as comunidades indígenas;
- Fortalecer e promover as iniciativas produtivas indígenas e a inserção delas na economia.



3.5 ECONOMIA PARA O DESENVOLVIMEN-TO

Na campanha de 2018 o Agronegócio foi amplamente vendido como a alternativa que levaria a redenção econômica do Acre. Após quatro anos, infelizmente, percebemos que o discurso não se traduziu em ações efetivas que pudessem melhorar a vida do povo do Acre. Na verdade, indicadores sociais recentes revelam que houve aumento significativo de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social em nosso estado, especialmente no meio rural.

Na nossa gestão vamos priorizar áreas que foram sufocadas pela atual gestão, investindo fortemente no agronegócio, com ênfase na agricultura familiar, bem como nos pequenos negócios, turismo, ciência, tecnologia e inovação, além do meio ambiente.

Dados do Censo Agropecuário de 2017 destacam que os estabelecimentos agropecuários estão distribuídos em 27,8% do território do Acre. Conforme o IBGE, das 325 mil pessoas ocupadas no Acre, nos setores formal e informal, 48 mil atuam em atividades agropecuárias ligadas a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

No Acre, em 2020, o valor da produção das principais culturas atingiu R\$ 432,3 milhões. Para evidenciar a importância da agricultura familiar em nosso estado, basta considerar que ela é responsável por 97,5% da produção de arroz, 96,9% de feijão, 96,2% de mandioca, 96% da produção de açaí, 95,1% de borracha, 94,2% de castanha do Brasil, 94,1% de banana e 91,5% de milho.

No que se refere a criação animal, os agricultores familiares do Acre são responsáveis por 89.7% da criação de suínos, 72,9% das aves, 42,2% dos bovinos e 41,2% de peixes na aquicultura.

Todo esse potencial produtivo foi desprezado pelo atual governo, condenando 63% da população rural acreana a situação de extrema pobreza. Tal cenário denuncia a ausência de políticas públicas efetivas de promoção e acesso ao mercado de trabalho, geração de renda, melhorias da infraestrutura para viabilizar o transporte da produção, acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural, regularizacão fundiária e acesso ao crédito.

Por isso, em nossa gestão, vamos investir fortemente na Agricultura Familiar e nas diversas cadeias produtivas que integram o Agronegócio.

Vamos fortalecer as cadeias produtivas de culturas anuais da mandioca, milho, feijão, abacaxi, melancia, soja e arroz. Nas cadeias produtivas de culturas permanentes vamos fortalecer as culturas da banana, café, laranja, limão, mamão e tangerina, dentre outras.

No extrativismo a castanha do Brasil, madeira, acaí e látex dentre outras.

No tocante as cadeias produtivas animais vamos ampliar os investimentos na criação de bovinos, suínos, aves e peixes.

Em relação aos **pequenos negócios** a situação foi ainda mais grave, evidenciando absoluto descaso e abandono pelo poder público. O aumento do desemprego foi a maior mazela trazida pela pandemia. Segundo dados do IBGE (2021), o Acre alcançou a segunda maior taxa, desde 2012, com 15,9% de pessoas desempregadas no segundo trimestre de 2021, representando mais de 62 mil trabalhadores desempregados.

Além disso, outras 54 mil pessoas que estavam sem emprego e desistiram de procurar novas vagas, por acreditarem que não terão oportunidades no mercado de trabalho, os desalentados.

O quadro de alto desemprego e desalento, foi agravado pelo crescimento da inflação, principalmente nos grupos de alimentação e transportes, que afetou gravemente a população mais carente, levando a fome em muitos lares acreanos.

Nesse sentido, urge a necessidade de **políticas** públicas para fortalecer e formalizar empreendedores informais. Vamos investir no dinamismo dos setores de comércio, servicos, valorizando os pequenos negócios como uma tarefa fundamental para superar a pobreza e a miséria.

O setor de **turismo** é outro que clama por dias melhores. Apesar de sua importância socioeconômica, ambiental e cultural, **ficou muito aquém de desenvolver sua potencialidade**, especialmente nos períodos de maior fluxo que ocorre nos meses de **janeiro**, **fevereiro**, **julho e dezembro**. Dados do Ministério do Turismo mostram que 12% dos turistas que visitaram o Acre são estrangeiros e 57% são brasileiros de outros estados.

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo, o estado do Acre tem definido dois Polos de Desenvolvimento do Turismo Regional, o Polo Vale do Acre e o Polo Vale do Juruá. No Polo Vale do Acre, os elementos estratégicos para o desenvolvimento de ações turísticas são: Caminhos da Revolução, Caminhos de Chico Mendes e a Rota Turística Internacional que liga o Brasil ao Peru. Já a região turística do Polo Vale do Juruá, possui duas Rotas Turísticas, ambas em fase de estruturação: Caminhos das Aldeias e Caminhos da Biodiversidade.

Estatísticas oficiais revelam que a oferta turística atual do Estado do Acre está aquém do seu potencial, necessitando de investimentos e ações de planejamento que garantam o uso racional, capaz de gerar os benefícios sociais e econômicos para os moradores e empreendimentos turísticos da região.

Entretanto, percebe-se a falta de políticas eficientes e eficazes para o desenvolvimento do Turismo no estado, além de grande deficiência na coordenação e integração de ações entre os diversos agentes que lidam com o turismo, seja com a prestação dos serviços de informações turísticas do Estado, seja com fornecedores de serviços de hospitalidade, levando ao desespero os atores do segmento hoteleiro, de restaurantes, transportes, agências de turismo, guias, dentre outros.

Muitas oportunidades de trabalho e ações de promoção do desenvolvimento socioeconômico e ambiental podem ser executadas pelo setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). A cada dia, essas evoluções vão ganhando mais centralidade pela busca de ações governamentais mais eficientes e eficazes, exceto no Acre. Em nosso estado há estrangulamento, desprezo e inanição deste setor: são insignificantes os recursos em orçamento para a realização de pesquisas e inexistem resultados das poucas ações desenvolvidas.

De acordo com dados da Plataforma do CNPq, no ano de 2017, **somente 180 bolsas** estavam ativas para pesquisadores no Estado, 113 na UFAC, 49 no IFAC, 15 na FAPAC e 03 na Embrapa, indicando que o investimento tem sido incipiente para alavancar a CT&I na região. São necessárias ações urgentes para modificar este cenário.

O meio ambiente exerce um papel central em qualquer pauta governamental em função dos diversos recursos indispensáveis à vida humana. O Acre tem rico ativo ambiental com 85% de cobertura vegetal em seu território. Sua economia produtiva é baseada no extrativismo, agricultura e pecuária. No atual governo, a pauta ambiental não foi utilizada para a promoção do desenvolvimento do estado.

Precisamos aproveitar o potencial de nossa biodiversidade para captação de recursos, realização de negócios florestais, ações de recuperação de áreas degradadas, manejo florestal sustentável madeireiro e não madeireiro e a efetiva assistência ao pequeno produtor para a regularização ambiental da propriedade rural.

Nesse sentido, apresentamos um conjunto de propostas voltadas à diminuição do desperdício de recursos naturais e fortalecimento de cadeias produtivas estratégicas, conforme as potencialidades regionais, em busca do desenvolvimento socioeconômico e ambiental, a seguir:



3.5.1 NOSSA TERRA, NOSSO PÃO

- Fortalecer as Secretarias setoriais da área de produção e reorientar os investimentos para agricultura familiar, garantindo o abastecimento local, bem como o programa de merenda escolar, dentre outros;
- Desburocratizar, modernizar e ampliar as políticas e ações efetivas de Regularização Fundiária e procedimentos para licenciamento ambiental, em parceria com órgãos do Governo Federal (SPU, Incra) e prefeituras;
- nutenção de ramais em parceria com o Incra e prefeituras;
- Infraestrutura e Logística Rural, ampliando o acesso à energia, armazenamento e escoamento da produção;

- Mariar e fortalecer o **Programa de Me**canização Agrícola para estimular cadeias produtivas ligadas a agricultura familiar;
- pra da Produção da Agricultura Familiar (PAA Estadual), apoiando a geração de renda e a melhoria da segurança alimentar, integrado ao programa da merenda escolar;
- Value Construir Silos Graneleiros nos principais polos de produção do Estado;
- Construir e equipar o Laboratório Estadual de Análise de Solo e Sedimentos:
- Construir e equipar o Laboratório de Me-**Ihoramento Genético Animal;**
- V Fomentar a Produção da Agricultura **Familiar** com enfoque nas potencialidades e vocações regionais.

3.5.2 FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO **FAMILIAR**

- Marian Ampliar os Incentivos e os Investimentos à Agricultura Familiar;
- Apoiar a Formação e Capacitação dos pequenos produtores rurais familiares por meio da inclusão tecnológica, crédito rural e cooperativismo;
- Fortalecer as **Políticas de Fomento, Assis**tência Técnica e Extensão Rural para a agricultura familiar, em parceria com o Incra e prefeituras.



3.5.3 MERCADO POPULAR

- Apoiar e realizar Feiras Agropecuárias, Agroecológicas e de Economia Solidária;
- ▼ Reformar e Modernizar os Armazéns da Cageacre, nos municípios, visando atender a demanda de beneficiamento e armazenamento da produção de grãos da agricultura familiar;
- Garantir, por meio de parcerias com as prefeituras, a Concessão de Uso dos Mercados Municipais por produtores rurais e familiares;
- Criar e implementar Centrais Regionais de Oferta de Serviços e Comercialização Integrada, voltadas ao apoio da produção familiar e agronegócio.







3.5.4 FOMENTO AO AGRONEGÓCIO E A INDÚSTRIA

- Fortalecer as cadeias produtivas do agronegócio fomentando a pesquisa, a tecnologia e inovação, a qualidade, a defesa sanitária e a sustentabilidade;
- Garantir a utilização do **Zoneamento Eco- lógico Econômico** como instrumento de formulação de políticas públicas e definição de investimentos estruturantes, subsidiando planejamentos, projetos e captação de recursos, de acordo com as potencialidades regionais;
- Garantir **Apoio Técnico às Empresas** que queiram se instalar no Acre, mediante análise

- de potencialidades e viabilidade;
- Ampliar os **incentivos e os investimentos** aos grandes, médios e pequenos produtores para garantir o aumento de produção;
- Fomentar e apoiar a instalação e modernização de agroindústrias e ações que garantam a melhoria da qualidade e agreguem valor aos produtos regionais;
- Reestruturar os **Polos e Parques Industriais** existentes no estado;
- Criar o Escritório de Gestão de Cadeias Produtivas, responsável pelo complexo de piscicultura, indústrias de madeira, látex, avicultura, suinocultura, castanha, dentre outros.

3.5.5 GARANTIA AO CRÉDITO E COMER-CIALIZAÇÃO

- Fomentar a **exportação de produtos** oriundos das indústrias de transformação, agropecuária e extrativista;
- Fortalecer o associativismo e cooperativismo facilitando o acesso ao crédito e contribuindo na reestruturação do sistema de extensão rural.





3.5.6 AVANTE EMPREENDEDOR

- Implementar o Núcleo Estadual de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, para promover ações de apoio e desburocratização, na formalização de empreendimentos individuais, a empresários formais e informais;
- Instituir um amplo Programa de Formalização de Empresas, por meio da capacitação do trabalhador autônomo e do empregador;
- Promover, em parceria com instituições não governamentais, a Educação Empreendedora e Financeira;
- Fomentar Cadeias Produtivas Regionais, estimulando a participação de micro e pequenas empresas urbanas e rurais e interiorizan-

do o desenvolvimento;

- das exigências fiscais e tributárias para Micro e Pequenas Empresas;
- Fomentar a Cooperação entre Micros e Pequenas Empresas por meio de Associações e/ou Cooperativas e Condomínios de Produção, visando a defesa do poder de compra, a facilitação do acesso ao crédito e a obtenção de selo de qualidade nos produtos;
- Apoiar e fortalecer as Associações e Cooperativas de produção como estratégia para consolidar e criar iniciativas empreendedoras geradoras de emprego e renda;
- Fomentar a apoiar a **Realização de Feiras** e Eventos para estimular e incentivar a divulgação dos pequenos negócios.



3.5.7 ATIVATUR

- Reestruturar os **Centros de Atendimento ao Turista** (CAT) nos municípios do Acre;
- V Promover a Divulgação dos Produtos Tu-

- **rísticos do Estado** por meio da realização de campanhas de marketing;
- Apoiar a Indústria do Turismo e estabelecer parcerias com a iniciativa privada para viabilizar seus diversos setores;
- Revitalizar o Patrimônio Histórico, Turístico e Cultural e garantir a infraestrutura de acesso aos atrativos turísticos do estado.

3.5.8 PESQUISA VIVA

- Implementar o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Fortalecer e ampliar os **Programas de Apoio Técnico e Financeiro** para ações ligadas à ciência, pesquisa e inovação;
- Reestruturar os Órgãos Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação.





3.5.9 AGENDA AMBIENTAL

- Fortalecer a Gestão nas Unidades de Conservação Estadual;
- Revisar e implementar o Plano de Gestão de Recursos Hídricos;
- Revisar e implementar o Plano de Combate ao Desmatamento e Queimadas Ilegais;
- Realizar campanhas educativas para Uso Consciente da Água, de Preservação Ambiental e Cuidados com a Vida Animal;
- Fortalecer os órgãos, instâncias e mecanismos de apoio e financiamento à **Economia de Baixa Emissão de Carbono**;
- Garantir a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Criar e fortalecer os Programas de Regularização de Vazios Fundiários em todas as regionais do Estado;
- Garantir a realização de ações de Recuperação de Áreas Degradadas.



3.6 INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOL-VIMENTO

Para que um estado possa alcançar o desenvolvimento econômico faz-se necessário um arcabouço de condições e elementos garantidos fundamentalmente por meio de infraestrutura. As principais áreas relacionadas à infraestrutura são: saneamento básico, transporte, energia. Por isso, o presente Plano contempla também obras públicas estruturantes, bem como a gestão eficiente desses processos.

Considera-se saneamento básico o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. O saneamento é uma área crucial para garantia de atendimento às necessidades básicas da população e, segundo a Organização Mundial de Saúde ele afeta o bem-estar físico, mental e social dos indivíduos. Ainda de acordo com OMS, estima-se que a cada R\$ 1,00 investido em saneamento, economiza-se R\$4,00 em saúde.

Seu caráter de necessidade essencial à promoção da existência humana, fez com que, nos últimos anos, se tornasse alvo de interesse global. Em 2010, a ONU considerou o saneamento como "um direito humano essencial para o pleno aproveitamento da vida e de todos os outros direitos humanos".

Percebe-se aí sua dimensão sistêmica. Porém, de acordo com SNIS 2020 (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento), os índices de nosso Estado estão bem abaixo da média brasileira e muito aquém da meta do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2022), o qual estabelece que, até 2033, deveremos ter 99% da água tratada (contra os atuais 58% no Acre) e 90% do esgoto tratado (Acre conta com 13%), além de novas diretrizes para drenagem (apenas 36% dos municípios possuem sistema de drenagem) e resíduos sólidos. Segundo o IBGE, 2021, o Acre é desprovido de coleta de lixo em 25,2% e não há políticas de reciclagem.

A questão da drenagem é outro ponto totalmente negligenciado nos últimos governos. Em períodos de chuvas é grande a quantidade de desabrigados ou desalojados e a ausência de drenagem potencializa os efeitos desses eventos hidrológicos impactantes. Em 2020, segundo o SNIS, mais de 200 mil brasileiros foram impactados pelo fenômeno e o cenário não é diferente no estado do Acre, posto que possui os índices pluviométricos mais altos do país.

Além disso, boa parte das áreas pavimentadas desconsideram projetos de drenagem, contribuindo para a diminuição da permeabilidade e gerando retrabalho na construção.

Apesar de ser competência dos municípios, garantir o acesso ao saneamento básico, é dever também do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 Art. 23 inciso IX. Nesse sentido, nossa gestão trabalhará com foco no suporte à universalização dos serviços, apoio técnico e na viabilidade de obras estruturantes, promovendo o combate à pobreza e elevação da qualidade de vida dos acreanos.

No tocante a mobilidade, historicamente, o ato de ir e vir que pode ser entre pessoas, objetos, dados, informações, aqui contextualizado como mobilidade, é um dos fatores que promove o desenvolvimento.

Ao falar da infraestrutura de transporte, entendemos que o termo mobilidade traduz de forma mais adequada as necessidades de nosso Estado, tendo em vista que extrapola a predominância do modal de transporte rodoviário – modal predominante no Brasil (entende-se como modais de transporte o rodoviário, ferroviário, hidroviário, aeroportos e portos), com 65% de cargas e 90% de pessoas.

No Acre, segundo dados da Pesquisa CNT de Rodovias 2021, considerando-se o estado geral, pavimento, sinalização e geometria da via, tem-se a **2ª pior malha rodoviária do Brasil.** Considerando apenas as condições do pavimento, o estado do Acre apresenta as rodovias com as piores condições de trafegabilidade do Brasil, com isso "o Acre tem o maior aumento no custo operacional devido às condições do pavimento (66,3%). A média nacional é de 28,5%.

As estradas estaduais de nosso Estado estão entre as piores do Brasil. Esses dados não surpreendem os acreanos, especialmente os moradores da região do Juruá, que historicamente padecem com a situação calamitosa da BR-364,

apesar dos bilhões investidos ao longo das últimas décadas.

Em relação aos ramais, o estado do Acre possui aproximadamente 20.000km de malha (CNT 2016), estando a grande maioria em condições extremamente precárias, funcionando apenas no período de verão. Constituindo o maior gargalo, elevando o custo operacional e dificultando o escoamento e trânsito de produtos, bens e serviços.

Sobre a mobilidade urbana, dados do IBGE, de 2021, apontam cobertura de cerca de 41% no transporte coletivo. Assim, o principal ponto é propiciar que a população transite entre ponto A e ponto B de forma segura, com mais capilaridade e constância.

Portanto, promover a mobilidade no âmbito urbano e rural é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Investimentos na qualidade e na conservação de rodovias, ramais e hidrovias e na melhoria de processos, tornam o sistema de transporte mais eficiente, diminui os custos de escoamento de produção e trânsito de pessoas, mitiga os danos ambientais e abre novas oportunidades de negócios, principalmente para os pequenos produtores que possuem menos poder de negociação.

Investir em infraestrutura requer atenção especial em relação à Energia, seja na produção, na distribuição e/ou na diversidade de fontes. Os custos com energia elétrica, no Estado do Acre, são um dos mais caros do país.

Do ponto de vista da produção elétrica, de acordo com pesquisa feita no site especializado "Energia e Ambiente", o Estado com maior porcentagem de excluídos elétricos é o Acre, com 10% de sua população no escuro. Além disso, nos últimos anos, o mundo está enfrentando uma crise energética tendo em vista que parte da produção de energia provém de combustíveis fósseis (óleo, gás natural, carvão), um recurso finito.

Mesmo o Brasil sendo um dos protagonistas em energias alternativas (renováveis), fica sujeito às regras de mercado desse setor sendo fortemente impactado pelas crises de preços e ofertas de produtos, bens e serviços. Dessa forma, promover ações e buscar investimentos que reduzam custos operacionais e de manutenção dos sistemas é um grande desafio e, por isso apresentamos algumas das propostas e investimentos estruturantes para ampliação e melhoria da infraestrutura do estado:



3.6.1 MOBILIDADE PARA TODOS

- Articular a garantia de recursos, da bancada acreana e do orçamento geral da união, para Reconstrução e Manutenção da BR-364, principalmente nos trechos de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, e Manutenção e Recuperação das Rodovias Estaduais;
- Garantir a Interligação entre a BR-317 e a BR-364, entre o trecho do Ramal Novo Progresso e Ramal do Bigode, inclusive com

- a construção da ponte sobre o rio Iquiri;
- Garantir a Recuperação e Manutenção de Ramais, em parceria com as todas prefeituras e Incra, com repasse de recursos e cessão de máquinas e equipamentos para o piçarramento de pontos críticos, recuperação de pontes, galerias e bueiros;
- Implantar o Programa de Melhoria de Pontes em Ramais, substituindo as pontes de madeiras por galerias e outras tecnologias;

- ▼ Estabelecer parcerias, com as prefeituras, para a Execução de Obras de Recuperação, Ampliação, Duplicação, Sinalização de vias, Calçadas e Ciclovias;
- Garantir a **Manutenção da Frota Hidroviária** estadual e fomentar o Transporte Hidroviário de Pessoas e de Cargas;
- Ampliar o Programa Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Social;
- Apoiar Campanhas Educativas para um Trânsito Seguro;
- Implementar um setor de Gestão do Transporte Estadual de Cargas;



3.6.2 SANEAMENTO: DIREITO HUMANO ESSENCIAL

- Estabelecer cooperação e parcerias, com os municípios, para suporte gerencial, tecnológico e operacional na Universalização dos Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto;
- Apoiar os municípios, em parceria com a Bancada Federal, na Regionalização (criação de blocos) dos Serviços;
- Apoiar os municípios na garantia do Direito à Tarifa Social;
- Apoiar os municípios na Reativação de Estações de Tratamento de Esgoto e sua Rede Coletora;
- Apoiar os municípios na realização de ações de **Destinação Correta de Resíduos Sólidos** e implementação de políticas de economia circular obedecendo leis e normas vigentes;

- Apoiar os municípios na Elaboração e Implementação dos Sistemas de Drenagem;
- Garantir que, em âmbito estadual, as obras de pavimentação contemplem **Projetos de Drenagem**, bem como controle tecnológico para ampliar a vida útil das obras executadas e evitar desperdícios;
- Apoiar os municípios no Fornecimento de Água e Tratamento de Esgoto nas escolas rurais, especialmente, de difícil acesso;
- Contribuir na implementação de soluções de abastecimento de água e tratamento de esgoto para populações e comunidades de dificil acesso;
- Estabelecer parcerias, com os municípios, para Implementação de Programas de Preservação e Manutenção das Águas Subterrâneas.

3.6.3 ACRE EM OBRAS

- **▼** Construir 2.000 unidades habitacionais de interesse social:
- Modernizar o **Porto de Cruzeiro do Sul** e construir o de Manoel Urbano;
- aos Portos nos municípios;
- **ródromos** nos municípios de difícil acesso:
- Tronco e a Recuperação e Manutenção de Ramais, com repasse de recursos e cessão de máquinas e equipamentos para piçarramento de pontos críticos, recuperação de pontes, galerias e bueiros, em parceria com as prefeituras e Incra;
- **Pontes** em execução e avaliar a viabilidade da construção das que estão em fase de proietos;
- Construir Orlas Urbanísticas nos municípios;
- V Construir **Portais e** realizar a **Urbanização** Paisagística nas entradas dos municí-
- Construir o Polo Logístico do Acre;
- V Construir o novo **Hospital da Criança** de Rio Branco:
- Construir o novo Hospital Regional de Tarauacá;
- Construir o novo **Hospital de Xapuri**;
- Construir a nova **Maternidade no segundo** distrito de Rio Branco;
- V Construir o Centro Especializado em Saúde da Mulher;
- Reformar e modernizar a Maternidade de Cruzeiro do Sul;
- pital de Sena Madureira;
- Reformar e Requalificar Pontos Turísticos como, por exemplo, Museu de Xapuri, Museu dos Povos Acreanos, Tentamen, edificações ao longo do Canal da Maternidade;
- Recuperar e reformar as principais **Bibliote**cas do Estado;
- Reformar e modernizar o **Teatro Plácido de** Castro.







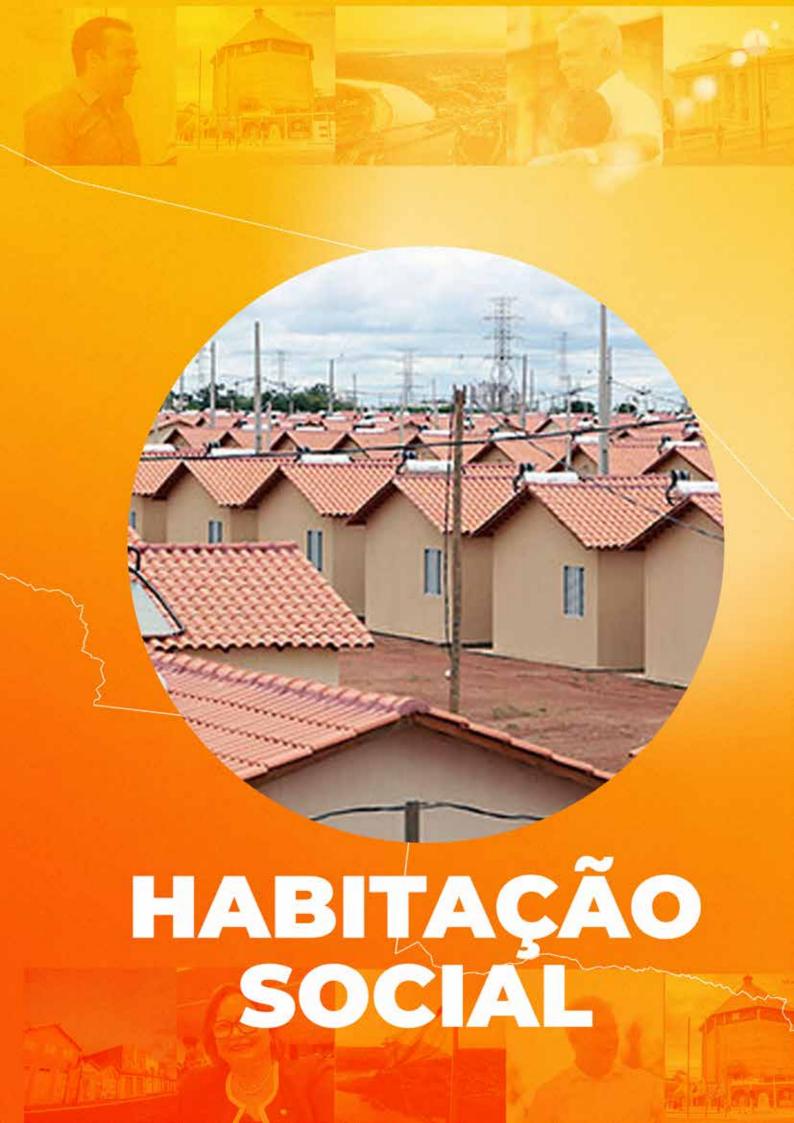


3.6.4 ENERGIA

- nais e internacionais, para a implementação de um programa estadual de incentivo ao Uso de Fontes Alternativas e Renováveis de Energia em áreas de difícil acesso;
- Implementar o Programa de Eficiência

Energética para os Bens Públicos garantindo a redução dos custos com energia;

Fomentar iniciativas de **Diversificação da** Matriz Energética com fontes renováveis, tornando o estado do Acre protagonista na transição energética.



3.7 HABITAÇÃO SOCIAL

Segundo Relatório de Déficit Habitacional no Brasil, 2016 – 2019, da Fundação João Pinheiro, a Região Norte está entre as regiões com piores índices em condições de moradia e ocupação de moradores por metro quadrado, superando apenas a região Nordeste.

Em relação aos déficits estaduais, o Estado do Acre está atrás apenas do Amapá com cerca de 49% no quesito coabitação. Ainda segundo pesquisa, da Fundação João Pinheiro, no Acre, são cerca de 7.000 unidades habitacionais em condições precárias e cerca de 11.500 unidades habitacionais com superlotação. Cabe ressaltar o déficit habitacional do estado, que corresponde a 24.000 unidades.

Nos últimos quatro anos, o tema moradia foi relegado pelo governo estadual e não houve sequer, a construção de uma única unidade habitacional. Além disso, o órgão gestor foi extinto e toda a estrutura técnica foi pulverizada, ocasionando um enorme prejuízo ao enfrentamento dessa problemática. Nem ao menos foram realizados estudos para quantificação do déficit habitacional.

3.7.1 CASA DA GENTE

- Criar a Secretaria de Estado de Habitação, responsável pela elaboração e implementação da Política Habitacional ancorada na participação popular;
- Construir 2.000 unidades habitacionais de interesse social;
- Articular, junto à Bancada Federal, a alocação de emendas individuais e de bancada visando o Financiamento para Execução dos Programas;
- Construir Unidades Sanitárias domiciliares;
- Criar um Sistema para Cadastramento de Famílias em vulnerabilidade social, para subsidiar, com critérios claros e transparentes, a seleção nos diversos programas;
- Criar um Banco de Terras;
- Criar um **Banco de Projetos**, compatível com os programas do governo federal e a política estadual, visando a captação de recursos;

No nosso governo esse tema terá o protagonismo necessário e nossa Política Habitacional compreenderá programas que contemplem a construção de unidades via iniciativa pública e privada com regulação, urbanização de assentamentos precários, oferta de lotes urbanizados, assistência técnica, financiamento de materiais de construção, melhorias habitacionais, autoconstrução assistida, regularização fundiária e mitigação de riscos ambientais.

Nossa política estará sincronizada com os investimentos realizados pelos municípios em infraestrutura e regularização fundiária, assim como realizaremos obras estruturantes como anéis viários, pontes, viadutos, duplicação de ruas e avenidas, dentre outros.

Pretendemos reverter a expansão da especulação imobiliária e o consequente aumento do preço da terra, característico nos últimos anos. Assim, esperamos ser possível adquirir áreas mais centrais e já dotadas de infraestrutura, fugindo da lógica da construção de empreendimentos distantes dos centros urbanos, com problemas de acessibilidade, o que acaba comprometendo as suas inserções urbanas, tornando ainda mais difíceis as condições de vida da população.

- Promover concursos para Fomentar o Desenvolvimento e a Seleção de Projetos de Habitação Social.





3.8 GESTÃO SISTÊMICA E INTEGRADA

Um governo que arrecada menos de 30% com receitas próprias, gasta mais da metade (51,5%, em 2021) do orçamento com folha de pessoal e não trata a gestão como prioridade é, no mínimo, descompromissado com sua população.

É lamentável observar que em 2020, além da Pandemia da Covid-19, o Acre foi também duramente atingido pela inércia operacional do atual governo. Naquele ano a atual gestão executou pífios 22% do total de recursos previstos para investimentos, pior resultado dos últimos 17 anos, conforme mostra os Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal do Governo do Acre.

Esse resultado negativo evidencia um problema crônico de falta de planejamento e gestão que tem impedido o Acre de retomar o crescimento. Apesar do alto volume de recursos assegurados, o governo não projetos e capacidade operacional de execução.

Em 2021, com a ajuda do Governo Federal aos Estados para combater a pandemia da Covid-19, incluindo apoio financeiro com repasse recorde de recursos e renegociação de dívidas, os efeitos da crise foram minimizados e a situação orçamentária e fiscal voltou à normalidade, bem como a dinâmica da arrecadação dos tributos estaduais e das transferências constitucionais, principalmente do FPE. Por outro lado, a política de gastos foi conduzida principalmente nos níveis de execução dos investimentos públicos, o que resultou numa razoável folga fiscal no tesouro estadual.

Apesar da folga fiscal, em 2021, o governo do Acre deixou de cumprir dois preceitos fundamentais da Lei de Responsabilidades Fiscais. Em primeiro lugar, gastou acima do limite permitido por lei com pessoal (49% da Receita Corrente Líquida) e segundo, deixou de gastar os 25% da arrecadação de impostos e transferências com Educação.

Nesse contexto de crise, dois indicadores fundamentais merecem destaque e receberão atenção especial no nosso governo:

I. O crescente déficit previdenciário que, apesar da reforma da previdência recentemente

implantada, continua muito alto. O desembolso mensal do tesouro para compensar o déficit chequu a mais de R\$ 450 milhões em 2021.

II. A extrapolação dos gastos com pessoal que ocorre desde 2018. Em 2021, para um limite de 49% o executivo acreano gastou 51,44% da Receita corrente líquida de R\$ 6,32 bilhões.

Evidente observar que são necessárias correções na gestão orçamentária e financeira do estado, principalmente em situação de descumprimentos de requisitos da LRF e a estagflação que o Brasil atravessa (declínio dos níveis de produção e emprego se combinando com uma inflação acelerada).

Por outro lado, também são necessárias medidas de promoção e retomada do crescimento econômico e social, como estratégia fundamental no combate à pobreza no Acre. Estudos indicam a necessidade de investimentos públicos da ordem de aproximadamente 5% do PIB por ano para recuperar, modernizar e ampliar a nossa economia e combater as mazelas sociais.

Com um PIB estimado no período 2023 a 2026 entre R\$ 18 bilhões e R\$ 20 bilhões/ano, seriam necessários investimentos entre R\$ 900 milhões a R\$ 1 bilhão/ano, exigindo uma gestão altamente eficiente e verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento do Acre. Cabe destacar que o orçamento anual para 2023 será de aproximadamente R\$ 8.39 bilhões, um incremento de cerca de 10% comparado ao de 2022.

Outro fato que merece destaque é que o elevado custo da máquina pública do governo do Acre não está diretamente relacionado a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Por isso, nosso governo vai perseguir a excelência na gestão, na prestação de serviços e na aplicação dos recursos e investimentos a partir do bem mais valioso de qualquer gestão: os nossos valorosos servidores públicos. Buscaremos a excelência na gestão orçamentária, fiscal e, principalmente, previdenciária, para garantir o equilíbrio das finanças públicas.

Na nossa gestão a soma dos esforços de cada órgão setorial deve produzir resultados para o sucesso do governo como um todo, e não de forma desordenada e isolada. É dessa forma que vamos governar, servindo bem nossa população, com a qualidade e o respeito que os acreanos merecem.

Nosso governo será do povo e para o povo, com uma nova visão da administração pública. Um governo transparente onde o combate a corrupção será diário. Um governo que terá a participação social como a sua marca principal.

A gestão das Finanças Públicas e das Pessoas será equilibrada, democrática e avaliada por resultados. Nossas metas e ações serão pautadas por um planejamento com o foco nos resultados e no atendimento dos interesses maiores da sociedade, com base na eficiência, eficácia e efetividade.

A prioridade será o aprimoramento dos serviços públicos através da transformação no modelo de gestão de pessoas, com a revisão das práticas atuais e adoção de conceitos modernos, aumentando a eficiência, para garantir um estado mais justo, mais igualitário e que cresça fomentando o desenvolvimento econômico e a proteção social à população.

Vamos investir fortemente na captação de recursos, elaboração e execução de projetos, ampliando significativamente os investimentos em ações e obras estruturantes, criando um ambiente favorável a retomada do crescimento e desenvolvimento de todas as regiões do Estado.

No nosso governo, os investimentos em tecnologia, a capacitação e a melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos será prioridade, pois isso resulta diretamente no aumento da produtividade.

Buscaremos também a implementação de práticas modernas de gestão de pessoas visando o aumento da motivação dos servidores, além da revisão dos planos de carreira e de uma política

3.8.1 MODERNIZAÇÃO E EFICIÊNCIA DA **GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Promover uma ampla Reforma Administrativa com readequação das estruturas organizacionais, sem aumentar o gasto com comissionados;

salarial justa e compatível com os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

O compromisso com o esforço fiscal é também condição necessária para garantir futuras renegociações e os recursos necessários para o financiamento dos investimentos.

Para tanto, será preciso uma ampla reforma administrativa, reorganizando as estruturas e os modelos organizacionais, evitando a sobreposição de atribuições e desperdício de força de trabalho e recursos, imprimindo celeridade e melhorando a qualidade dos gastos públicos e dos serviços ofertados à população.

Vamos inovar, desburocratizar e agilizar os processos, adotando novas tecnologias que possibilitem aumentar a qualidade e reduzir o tempo que um cidadão gasta para receber os serviços públicos que lhe são assegurados como direito.

Os canais e tipos de serviços on-line disponibilizados à sociedade serão ampliados, facilitando o acesso. O uso de plataformas digitais e sistemáticas de avaliação de desempenho também serão prioridade, garantindo maior transparência e permitindo que cada cidadão possa avaliar a qualidade dos serviços prestados, inclusive atribuindo notas do nível de satisfação junto aos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Vamos assegurar uma gestão efetivamente transparente, disponibilizando todas as receitas, despesas, contratos e licitações e, principalmente, a situação da execução dos programas, projetos e ações prioritários do Governo de forma detalhada e em linguagem de fácil entendimento popular.

Para fazer frente a tais desafios, apresentamos algumas das propostas a serem implementadas visando à efetiva melhoria da gestão estadual:

- ▼ Realizar Concursos Públicos para 4.000 vagas nas áreas de educação, segurança, saúde, produção, gestão, assistência social e demais áreas do governo, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Criar a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, responsável pelo Sistema



Estadual de Esporte e Lazer com ampla participação dos diversos segmentos esportivos;

- Criar a Secretaria de Estado de Habitação, responsável pela elaboração e implementação da Política Habitacional ancorada na participação popular;
- Elaborar um **Portfólio de Projetos Prio- ritários Estratégicos**, ampliando a capacidade de captação e alocação de recursos
 de emendas individuais e de bancada e de
 recursos não-reembolsáveis junto a organismos nacionais e internacionais;
- Buscar novas operações de crédito para garantir o Financiamento dos Investimentos Estruturantes, essenciais para o crescimento do estado e aquecimento da economia.
- Modernizar os **Processos de Gerenciamen- to de Projetos e Convênios,** garantindo a execução das ações conforme especificações técnicas e cronograma físico financeiro;
- Modernizar os Sistemas de Execução, Gerenciamento e Prestação de Contas de Convênios e Contratos, evitando inadimplências e devolução de recursos.
- Implementar o Modelo de Gestão por Competência e Resultado, com metas anuais para cada gestor de pasta;
- Fortalecer a Controladoria e melhorar o Monitoramento, a Fiscalização e o Con-

trole de todos os procedimentos de execução física e financeira, desde o processo licitatório;

- ▼ Revisar todos os Contratos e Procedimentos Licitatórios, avaliando a viabilidade de redimensionamento conforme a demanda real de cada órgão, objetivando reduzir os custos e eliminar gastos desnecessários;
- Elaborar o **Plano Estadual de Aquisições,** a partir das demandas dos órgãos setoriais e em conformidade com a disponibilidade orçamentária, que deverá ser revisado e atualizado periodicamente;
- Centralizar o Setor de Licitações na área de gestão, fortalecendo e ampliando o quadro técnico e formando comissões especializadas por áreas setoriais e por tipo de aquisição (equipamentos, obras, serviços terceirizados, dentre outros), utilizando o recurso da adesão de Atas somente em casos excepcionais que o justifique;
- Recuperar o realismo nas fases de **Elabora- ção e de Execução do Orçamento Públi- co,** para que o planejamento se antecipe a elaboração dos instrumentos de planejamento do governo (PPA, LDO e LOA);
- Implantar Núcleos de Representação do Governo nas cinco regionais administrativas do Estado do Acre.
- Revisar e readequar os **Projetos de Infra- estrutura** (pontes, viadutos, anéis viários, dentre outras) em elaboração e execução, garantindo qualidade e correta alocação de recursos.



3.8.2 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FI-NANCEIRA E EQUILÍBRIO FISCAL

- Modernizar o Sistema de Gestão Fiscal e **Tributária** aumentando a eficiência da arrecadação, desburocratizando processos e gerando incentivos ao pagamento de tributos;
- Garantir pontualidade no **Pagamento de** Fornecedores de produtos e serviços, após o recebimento das certidões e demais documentos comprobatórios exigidos nos contra-
- Constituir um **Grupo Multidisciplinar**, com agentes do setor público e do setor privado, para discutir a revisão dos incentivos fiscais com base na legislação vigente e normas estabelecidas pelo CONFAZ;
- Promover mecanismo para **instituir** um amplo Programa de Recuperação da Dívida dos Contribuintes com o fisco estadual sempre ouvindo o Conselho de Contribuintes;
- Estabelecer mecanismos de Contingenciamento das Despesas para cumprir a meta

- fiscal, caso a receita não se comporte como o previsto;
- Retomar a Renegociação da Dívida Pública Estadual com a União em condições mais justas e de acordo com os novos cenários econômicos, alongando o prazo de pagamento:
- V Reduzir o Ritmo de Crescimento das **Despesas**, otimizando o gasto de custeio da máquina;
- ▼ Estabelecer Previsão das Receitas Orçamentárias com base em previsões realistas do comportamento da economia, em particular da receita tributária de ICMS e das transferências do FPE;
- Aplicar incentivos, autorizados pelo CONFAZ, para Fomentar Transações Comerciais dentro do Estado, entre os estados e no exterior para gerar mais empregos e renda no mercado acreano;
- Revisar o Código Tributário Estadual adequando-o a nova realidade econômica e social nacional e estadual.



3.8.3 VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

- Criar um Departamento Especializado para revisar Planos de Cargos, Carreiras e Salários e corrigir inconsistências nas remunerações;
- Melhorar as Condições de Trabalho dos servidores públicos estaduais;
- Estabelecer convênio com a Escola Virtual de Governo (EV.G) e com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Governo Federal, para implementar o maior programa de atualização, treinamento, qualificação e formação continuada de servidores.



3.8.4 GOVERNO DIGITAL

- Modernizar os departamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Ampliar a Escalabilidade e a Oferta de Serviços Públicos Digitais em todos os dispositivos, plataformas, aplicativos de mensagens e no portal do Governo de forma sincronizada em áreas afins;
- Garantir, aos cidadãos, a realização de **De**núncias, a apresentação de **Sugestões** e a **Avaliação** do atendimento e/ou serviço

- recebido, por meio das plataformas digitais do Governo;
- Modernizar o Portal da Transparência e as plataformas on-line de acesso à informação, especialmente, acerca da execução dos gastos públicos;
- Atualizar periodicamente os sites das Secretarias a fim de promover a transparência dos atos governamentais, suas agendas e garantir mais acessibilidade aos serviços oferecidos.

CRÉDITOS

EQUIPE

O Plano de Governo da Coligação Partidária Com a força do Povo aglutinou propostas extraídas de reuniões técnicas e políticas, da caravana da inclusão e das oportunidades e da Plataforma Digital, que contou com uma ampla participação de vários segmentos da sociedade civil organizada, dentre eles: seringueiros, ribeirinhos, povos indígenas, estudantes, políticos de diversas agremiações partidárias, empresários, trabalhadores da iniciativa privada, trabalhadores do setor público, religiosos, entidades de representação de classe, representantes dos movimentos sociais, além daquelas pessoas que participaram pelas plataformas digitais e em conversas pelas ruas das cidades que visitamos.

COORDENAÇÃO POLÍTICA

Sérgio Petecão, João Tota Filho e Vanda Milani

EQUIPE TÉCNICA

- 1. Alexandre Cruvinel Lopes Advogado.
- 2. Carlos Gomes da Costa Souza Assistente Social.
- 3. Elyson Ferreira de Souza Economista, Especialista em Economia do Setor Público, Mestre em Economia Doméstica, Doutorado e Pós-Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaco e Meio Ambiente.
- 4. Francisco Generozo da Silva Doutor em Direito Internacional.
- 5. Jarbas Anute Engenheiro Agrônomo e Bacharel em Direito, MBA em Gerenciamento de Projetos para o Setor Público (FGV), APG Sênior em Gestão Pública Avançada (AMANA KEY), Especialista em Desenvolvimento Regional (SEaD/UFSC).
- 6. Justino de Queiróz Costa Neto Biólogo, especialista em Manejo de Solos e Recuperação de áreas degradadas, MBA em Gestão Educacional.
- Maria Alice Melo de Araújo Engenheira Civil
- 8. Orlando Sabino da Costa Filho Economista, Mestrado em Economia, Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- 9. Paulo Felipe Teixeira Santos Trindade Advo-

- gado, especialista em Direito e Processo do Trabalho; em Segurança do Trabalho e Auditoria em Sistema de Gestão Integrado.
- 10. Pollyana Garcia Lima Souza Arguiteta e Urbanista, Especialista em Negócios e Varejo.
- 11. Ubiracy Dantas Economista, MBA em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal.
- 12. Thiago Rodrigues Gonçalves Caetano Graduado em Engenharia Civil na UFAC, Pós Graduação em Avaliação e Perícias de Engenharia e, ainda, o MBA em Meio Ambiente e Segurança do Trabalho. Mestrado em Processos Construtivos e Saneamento Básico pela UFPA, cursa dois Doutorados: um em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento pela Universidade Aberta de Portugal e outro em Engenharia Civil, com ênfase em Estruturas, pela UFPA.
- 13. Walquiria Bernardes Advogada, especialista em Direito Eleitoral, Democracia e Poder Legislativo.

COLABORAÇÃO TÉCNICA

- 1. Eduardo Silva Repórter Fotográfico
- 2. Fabrício Fernandes de Jesus Jornalista e especialista em Relações Internacionais.
- 3. Gênesis Produções.
- 4. Linnyki da Silva Fernandes Analista de Sistemas, Designer Gráfico, Diagramador e Especialista em computação Forense.
- 5. Priscila Ribeiro Arquiteta e Urbanista. Especialista em Design de Interiores, Ambientação e Produção de Espaço.

COLABORADORES EVENTUAIS

- 1. Adriane Corrêa da Silva
- 2. Alcione Maria Groff
- 3. Alessandra Ferraz Cavalcante
- 4. Aline Andréia Nicolli
- 5. Anderson Azevedo Mesquita
- 6. Apóstulo Belchior
- 7. Elder Gomes da Silva
- 8. Eliane Elicker
- 9. Fernando Melo da Costa
- 10. Itamar Miranda da Silva
- 11. Jefferson Barroso
- 12. Luiz Francisco de Souza Neto

- 13. Manoel de Jesus de Souza Costa
- 14. Marcelo Alves Brum
- 15. Márcia de Araujo Teixeira Silva
- 16. Nilton Craveiro Bayma
- 17. Pastor Danilo
- 18. Pastor Flavio
- 19. Pastor Francisco Bezerra
- 20. Pastor Josimar
- 21. Pastor Lucivano
- 22. Pastora Cláudia
- 23. Pastor Decio
- 24. Priscila Ribeiro
- 25. Rebeca de Paula
- 26. Roosevelt Arnaldo de Matos
- 27. Sandro Victor Alves Melo
- 28. Tais Alencar Pimentel
- 29. Valdemiro Francalino Rocha
- 30. Whashington Guerra
- 31. Zanir Nilson Duarte

EQUIPE POLÍTICA

- 1. Agleison Alexandrino Correia
- 2. Alcione Ferreira da Silva
- 3. Ana Paula dos Santos Silva
- 4. Brígido de Oliveira Brigido
- 5. Carlos Augusto Coelho de Farias
- 6. Clerton Gaspar de Souza
- 7. Dalva dos Santos do Nascimento
- 8. Edmarcos Soares da Silva
- 9. Edna Aparecida Nantes
- 10. Eduardo Ambros Ribeiro
- 11. Esperidião Teixeira de Souza Filho
- 12. Francisca Santiago de Albuquerque
- 13. Francisco Adevilson Queiroz da Silva
- 14. Francisco Araujo Menezes
- 15. Francisco Carlos Oliveira de Lima
- 16. Francisco da Silva Piyãko
- 17. Gessi Nascimento da Silva
- 18. Gilberto Souza de Figueiredo
- 19. Gilsomar Oliveira Gomes
- 20. Gilson Tavares Leitão
- 21. Graça da Baixada
- 22. Heitor Andrade de Macedo Filho
- 23. Isaac da Silva Piyâko
- 24. Jecson Cavalcante Dutra
- 25. Jefrson da Silva Mendonça

- 26. João Bento Ferreira da Silva
- 27. Jonilson Cabral dos Santos
- 28. José Araujo da Silva Costa
- 29. Jose Augusto Pinheiro da Silveira
- 30. José Rosendo Costa de Lemos
- 31. José Juarez Leitão dos Santos
- 32. Judson Barros Pereira
- 33. Letícia Luiza YAWANAWÁ
- 34. Manoel de Souza Sombra
- 35. Marcio de Souza Bernardo
- 36. Marcos Fabrício do Nascimento Telles
- 37. Marcos Glay Ribeiro de Souza
- 38. Maria do Nascimento Melo de Oliveira
- 39. Maria Eunice Miranda da Silva
- 40. Maria Jesuita Arruda da Silva
- 41. Mario Marcelo Barros dos Santos
- 42. Marissanta Rodrigues da Silva
- 43. Mayara Farias de Moura Barros
- 44. Moises Barros de Medeiros
- 45. Osdenir Santos de Araujo
- 46. Pablo Thyago Bregense de Souza
- 47. Paulo Jean da Silva Ximenes
- 48. Raimundo Correira da Costa
- 49. Raimundo Nonato da Silva
- 50. Reginaldo Raimundo da Silva Freire
- 51. Rogerio Barros de Lima
- 52. Romano Fernandes Gouvea
- 53. Romão Vieira de Oliveira
- 54. Ronauro Nascimento de Araujo
- 55. Rosana Sousa do Nascimento
- 56. Rosilda Miranda da Silva
- 57. Rubenslei Rodrigues de Lima
- 58. Said dos Santos Nascimento
- 59. Sirlene Oliveira da Cunha
- 60. Solino de Matos filho
- 61. Suellen Carlos da S. Morais
- 62. Vanêssa Santos Bezerra
- 63. Vilseu Ferreira da Silva
- 64. Wagner Davi da Silva Rodriguês
- 65. Welber de Lima e Silva.
- 66. Willigton de Morais Ferreira

Manifestamos o nosso agradecimento aos diversos colaboradores anônimos, que participaram de forma ativa ou eventual, da elaboração deste Plano de Governo e que pediram sigilo na divulgação de seus nomes.

